

ATA inteiro teor*

Comitê da Bacia Hidrográfica

Alto Tietê

CBH – A T

3ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA 2020

Videoconferência através da plataforma Teams

Realizada em 29 de outubro de 2020

Obs. Taquígrafo: Em virtude da pandemia COVID-19, esta reunião contém, no que foi possível acompanhar, manifestações também escritas no Chat, portanto uma taquigrafia flexibilizada. Como de praxe, com credibilidade da imparcialidade e fidelidade da taquigrafia registrando todas as manifestações verbais como retrato fiel das falas.

Taquógrafo: Dartan G.

**Assim como foi dito*

Amauri Pollachi–APU-Presidente em exercício do CBHAT -
Quero comunicar que a Secretaria Executiva informa, já temos quórum, com 30 entidades presentes, precisaríamos de 29 para iniciar, e iniciamos antes da segunda chamada.

Vamos dar início a nossa plenária do dia 29/10/2020.

Primeiro vou solicitar para Larissa uma breve descrição dos procedimentos da reunião nivelando dos conhecimentos.

Larissa Cristina Silva - FABHAT – Secretaria Executiva do CBHAT- (Como ocorreu na reunião anterior, breve apresentação explicando aos usuários as recomendações técnicas para o andamento dos trabalhos, com as soluções básicas da plataforma tecnológica utilizada para a reunião não presencial. Teams - Microsoft).

Presidente-O primeiro ponto da nossa pauta, discussão e votação da ata da última reunião, a 2ª. reunião plenária de 2020.

Luiz Fernando Carneseca- Secretário Executivo do Comitê – DAEE/SIMA- Bom dia a todos, prazer em revê-los e vamos em frente com mais uma reunião. Todos receberam todo material da reunião, como de praxe solicito para o Presidente e o plenário dispensa da leitura da ata e abro a palavra caso tenha alguma observação sobre a ata e o resumo executivo que foi encaminhado.

Lembrando a todos que é encaminhado um resumo executivo da ata, e a completa, no caso da última reunião produziu de 200 a 250 páginas, e que está disponível no site do comitê para consulta caso tenham alguma dúvida sobre o conteúdo do resumo executivo.

Antes, quero anotar e já comentei com nosso pessoal da Secretaria executiva, na lista de presença no segmento Estado faltaram três representantes presentes e a Secretária executiva se comprometeu para corrigir, 11 representantes quando tínhamos 14, a correção está sendo feita.

Larissa - Cristiane colocou para alterar FECOMERCIO/SP, é um detalhe, vou anotar e depois altero.

Luciana Travassos - UFABC - Oi, bom dia, a todas e todos os presentes. Estava me perguntando se não seria interessante no resumo executivo quando são os votos de abstenção, ou contrários, que estivessem nominados, coloco para discussão.

Secretário - Alguma outra questão levantada? Penso que, isso não tem sido praxe para o resumo executivo, nominar os votos. Em discussão.

Larissa - É que na reunião passada fizemos alguns votos contrários cujos motivos estavam explicitados nas discussões que até estão colocadas no resumo

executivo, mas entendo que os votos deveriam refletir as colocações feitas, me sentiria mais confortável como representante da UFABC se no resumo estiver que votei contrário as coisas que foram decididas na plenária passada.

Maria Emília Botelho - CETESB - Bom dia a todos. Se tivesse que ter votos contrários todos os votos teriam que ser nominados e não tem como fazer essa distinção. Proponho para o caso específico do que ela citou, é possível quando se faz declaração de voto pedir que conste em ata, do contrário para colocar abstenções e negativos, teria que nominar um por um.

Não há necessidade disso quem quiser que conste que solicite.

Daniel Teixeira de Lima- PM Mogi das Cruzes - Concordando com a Maria Emília, ou se coloca de todos lá com quadro simples, voto sim, ou não e como disse a Maria Emília quem quiser se manifestar

para deixar consignado em ata para ficar prático porque essa é a ideia do resumo executivo, qualquer pessoa pode pedir a gravação, de gravação da reunião.

Virgílio de Faria- MDV - (esse microfone durante a maior parte da reunião apresentou qualidade ruim, com cortes gerando incompreensão para taquigrafia.) Bom dia a todos. Quero esclarecer que é pertinente o que a Luciana colocou, faz sentido no resumo da ata os votos, sobretudo os contraditórios, ou abstenções, porque quem está no comitê ou em outro segmento representativo está representando e o segmento precisa saber como seu representado está se portando nas reuniões, concordo com a Luciana que tem que ter sim, não precisa pedir como diz a Maria Emília é uma questão legal.

Presidente-Qual é o encaminhamento proposto Luiz Fernando?

Secretário- Bom, também tenho uma observação a fazer, entendo que o registro dos votos pode muito bem estar explicitado na Ata completa à disposição de todos não vejo necessidade em um sumário executivo colocando o registro de todos os votos, porque penso como a Maria Emília colocou e o Daniel reforçou, que se coloque então o registro de todos e não apenas os que votam contrários ou abstenção, então que seja feito o registro na ata completa que fica disponível porque também senão vamos ter, se não me engano hoje aqui 10 Deliberações, imagino colocar no sumário executivo da reunião de hoje o registro de voto, um por um, em cada uma dessas Deliberações, e temos cerca de 30 a 31 membros no plenário, então o registro executivo nada mais será do que um registro de voto das deliberações. Penso que se é para ser registrado que seja registrado na ata completa que fica à disposição e não no sumário executivo.

Presidente - Feitas as considerações, pelo que vi no chat temos correções de nomes, entidades, a Maiara da Secretaria executiva já tomou nota para os devidos ajustes e existe a condição do que foi explicitado de registro integral dos votos durante a apreciação das deliberações, então queria submeter para aprovação em primeiro lugar...

Por favor, antes Luciana e Hélio.

Luciana - Não quero alongar essa discussão porque a pauta está gigante, mas então já que as declarações de voto deveriam constar no resumo executivo considerando que o resumo executivo é o que a maior parte das pessoas vão olhar, a atividade do comitê, vão acessar, entendo que os votos que foram declarados, por exemplo, na questão FEHIDRO dei voto contrário, declarei e justifiquei, então entendo que nesses casos o voto contrário deva ser anotado ainda que sejam tiveram votos contrários declarados (falha no áudio).

Hélio C. Suleiman - Diretor Presidente FABHAT - Bom dia a todos e a todas. Sugiro, e acho que o que a Luciana coloca agora fecha a linha de sugestão, principalmente como ela colocou no chat alguns momentos em que houver, e a maioria das deliberações foram por unanimidade, essas não há necessidade, mas naquelas deliberações onde realmente há discussão mais ampla e exaustiva, nessas acho que poderia deixar declarado a questão dos votos, porque é como ela disse, o sumário executivo é o que as pessoas normalmente leem, e a nossa teve mais de 220 páginas, e entendo que todo mundo aqui está representando suas entidades, muitas vezes quer depois trazer a discussão dentro das entidades, e buscar na Ata completa fica meio complicado.

A sugestão é que naquelas deliberações ou discussões onde teve uma discussão maior que se colocasse pelo menos nessa.

Virgílio-De acordo.

Presidente - Perfeito.

Daniel Teixeira- Encaminhando da seguinte forma, para não ficar parecendo que os que declaram voto, parece que há diferenciação, até para quem lê, então para fazer um quadro de votos, quando não for unânime, contrário-favorável-abstenção, com o nome de todos, só isso, com X no nome na frente da pessoa, porque senão, o voto carrega valores, quando na realidade cada Conselheiro representa a sua entidade, e não podemos dar mais valor ao menos valor para aqueles que declararam abstenção, ou não, e fica com o quadro de votos como na Câmara (áudio falhando).

Presidente- Peço a todos que só liguem o microfone no momento que estiverem falando para não acontecerem distorções.

Qual seria então o encaminhamento para a aprovação da Ata, qual é a proposta da Secretaria

executiva para encaminhar aprovação da ata da reunião anterior?

Secretário- Acho que, com relação às propostas de alterações encaminhadas ou citadas, não parece ter controvérsias, a controvérsia foi se no sumário executivo devemos registrar ou não os votos explicitados na reunião anterior, e entendo que se há necessidade da explicitação temos que incorporar no resumo executivo e só poderá ser aprovado na próxima reunião, porque haverá necessidade de conferência dos que votaram para saber realmente se o nome deles consta na Ata.

Agora, se é para ser um procedimento a partir das próximas coloco a Ata em votação.

Presidente - Bem temos essa posição da Secretaria executiva.

Secretário- Desculpe interromper, apenas uma observação também, no final, notei agora, falta referência no sumário executivo que o conteúdo completo da Ata

fica disponível no site ou na página do comitê, é interessante colocar essa referência.

Presidente – Preciso.

Então anotado pela Secretaria executiva, para essa ata também. Queria submeter então para o plenário, de acordo com a proposição da Luciana, depois complementou, para fazer aprovação da ata com as observações colocadas no chat e também essa pelo Luiz Fernando e as declarações de votos formuladas durante a reunião anterior, certo, ou seja, no momento que foi proferido o voto os que registraram seu voto que gostaria que fosse mencionado durante a votação, que mencionaram que gostariam do registro do seu voto contrário ou favorável a determinado assunto, que fosse efetivamente transcrito para a ata resumida.

Daniel Teixeira- Questão de ordem. Concordo com o Luiz Fernando para tirar de pauta hoje com as correções a serem feitas e na próxima reunião Ordinária colocamos e encaminho para votação, incluir ao invés de fazer a descrição, incluir o quadro e damos mais rapidez agora nessa votação.

Dimitri Auad - MDV - (microfonia áudio) Entendo que o Regimento do Comitê permite declaração de voto, se estivéssemos em uma reunião presencial, e em várias reuniões eu declarei meu voto, quando contrário ao que estava sendo aprovado, é extremamente pertinente e o Regimento deverá ser respeitado nas deliberações que faremos, então se eu for contrário gostaria de declarar meu voto contrário inclusive para satisfação da entidade que eu represento ter conhecimento.

Presidente - Antes dessa questão de ordem, pelo Daniel e também pela sugestão da Secretaria executiva eu vou suspender a votação dessa ata e passamos para aprovar na próxima reunião com as devidas

correções apontadas no chat e a inclusão de votos consignada e que estão registradas na ata de teor completo, que está disponível.

Pelo chat a matéria foi assim debatida:

Luciana Travassos UFABC

houve várias declarações de voto,

que as declarações de voto sejam anotadas, então

Josué Barranco - CTPA - DAEE

Meu nome não consta na lista de presença

Luciana Travassos

concordo, Hélio, obrigada

Maria Emília Botelho

Consta sim Josué

Luciana

concordo com o Daniel, também

Josenei Gabriel Cara

de acordo com a sugestão do Daniel

Luciana

quadro de votos quando não é unânime

Alaine

Ainda na linha 90 por gentileza retificar o nome em vez de Vanessa é Lilian Sarrouf

Presidente - Item 3, Informes

Em primeiro lugar gostaria de comunicar como Presidente em exercício do Comitê a exitosa realização do Webinar mudanças climáticas efeitos na bacia do Alto Tietê, no dia 22 último, muitos aqui participaram e tivemos audiência de pessoas fora do Estado, de outras regiões do Estado e até de um pesquisador peruano, Peru, e depois enviou comentários, tivemos pouco mais de 130 pessoas durante todo o evento e ainda está sendo elaborado o relatório completo que disponibilizaremos para todos. O evento marcou o início dos trabalhos do grupo de eventos extremos do comitê, que tivemos o Prof. Francisco de Assis - UFCE, Professor Torres da USP e também Mara Ramos Gerente RH da Sabesp, expondo questões fundamentais, por exemplo, o professor Francisco colocou de uma forma positiva as necessidades do planejamento e o Torres da fundamental importância da participação social desde a

concepção de qualquer proposta sobre mitigação ou adaptação das mudanças climáticas e a Mara sobre plano de adaptação as mudanças, recém elaborado pela Sabesp, assim como os demais foram produtivos, e teremos no site a edição desses debates à disposição como também das questões ao longo do evento.

Que fique registrado na ata congratulações para FABHAT trabalhando arduamente no evento como também o Luiz Fernando da secretaria executiva com grande apoio na organização, como evento surgido pela participação da Diretoria do comitê e amplo apoio da Câmara técnica de monitoramento hidrológico, coordenado pela Lilian Peres da CETESB (áudio falhando) e é importante para discutir o futuro da gestão dos recursos hídricos da bacia.

Secretário-Primeiro gostaria de reforçar, até por conta do que o Amauri acabou de dizer, sobre a realização do Webinar nós encaminhamos para os membros do comitê para demonstrarem o interesse participando desse GT com finalidade de estabelecer propostas relativas aos eventos extremos, para apreciação do Plenário e até o momento só recebemos indicação da UFABC, IPT, CETESB, FABHAT, e Instituto de energia então reforço convite para indicar em aqui na secretaria executiva.

Outro, também a criação do GT Jurubatuba pela Câmara Técnica-CT Monitoramento Hidrológico, daquela região temos já uma deliberação do comitê encima de um estudo da época estabelecendo áreas de restrições para exploração de água subterrânea e depois se tornou deliberação do CRH, e a função básica é essa revisão preparando o Termo de referência provavelmente para contratação de um estudo

considerando aquela proposta técnica, e depois de concluído virá para o plenário deliberado, inicialmente temos representantes do DAEE, IG, as vigilâncias sanitárias da Prefeitura de São Paulo e do Estado pela Secretaria da Saúde, CETESB e IPT, como principais atores envolvidos nas licenças e outorgas de exploração de águas subterrâneas e, naquela região a diversos problemas e agora falo como representante do DAEE, no sentido de que a renovação das outorgas de anos anteriores tem problemas na análise, até por conta da restrição (áudio falhando).

Depois, temos os expedientes, como de praxe todos receberam cópias, encaminhados ou expedidos pela secretaria executiva com quadro resumo disponível no material encaminhado, são 25 expedientes para terem ideia e não cabe aqui detalhar cada um, mas podem ter acesso aos documentos, mas daria destaque para o Ofício que a secretaria-executiva encaminhou ao IGC com

responsabilidade de contratação de estudo originário pela Emplasa, e ela extinta o IGC está assumindo, solicitando toda a documentação técnica para as CTs do comitê analisar formalizando em contrato FEHIDRO para eles poderem dar continuidade ao trabalho.

Outro, Ofício da SECOFEHIDRO encaminhado com parecer jurídico sobre a dúvida sobre a aplicação dos recursos da cobrança em área de Mananciais, 50% para cada indicação e não é assim tão conclusivo porque coloca, devolve para o comitê possibilidade de definir critérios para aplicação dos recursos e submeter proposta para o CRH, então esse assunto deverá voltar para pauta no comitê para definirmos.

E tudo está disponível. E o terceiro expediente importante, um Ofício recentemente recebido do Ministério Público pretendendo instaurar inquérito civil para apurar as questões da sociedade civil no âmbito do comitê e temos prazo para encaminhar

até a próxima semana e a Secretaria executiva está fazendo um levantamento dos documentos para destinar a devida resposta sobre o assunto. (áudio prejudicado)

Lembrando que até 15 de novembro está aberta consulta pública sobre o plano estadual de recursos hídricos-PERH 2020-23 no site sigrh, digamos coordenada pela Coordenadoria de recursos hídricos responsável pela coordenação desse plano e qualquer cidadão pode acessar colocando seus comentários e observações.

Presidente - Agradeço.

Hélio Suleiman - Aproveitando a colocação do secretário, sugiro, na consulta do PERH há caderno específico sobre a bacia do Alto Tietê, o GT planejamento e a CTGI e as demais CTs, poderia lincar o que está em consonância com o nosso plano de bacia, para poder identificar também alguma inconsistência, ou não, levando para a consulta pública. Sugestão

para mesa diretora para nos debruçarmos o mais rápido possível.

A segunda não é comunicado, é comunicado também, começamos um curso de Extensão pela UFABC com 10 vagas para os membros do comitê sobre modelagem hidráulica com (linguagem técnica com termo incompreensível) e a aproximação com que está sendo discutido com a Academia com as discussões do comitê com essa abordagem tanto acadêmica como prática, tem sido um grande avanço, já tivemos a primeira aula e a Melissa presente, que coordena, foi aula de elevado nível e ampla discussão promovendo debates sobre ocupação de áreas irregulares principalmente nas margens dos córregos, aproximação da academia com o comitê tem trazido resultados positivos como exemplo do trabalho de Mestrado do Marcos e agora esse curso, agradecer e deixar registrado esse avanço.

Pelo chat

Melissa Graciosa UFABC

Muito obrigada, Hélio. É uma grande satisfação para nós essa aproximação da UFABC com o Comitê e FABHAT.

Presidente - Agradeço, muito bem lembrada a parceria, fundamental para avançarmos nas discussões do Comitê. E convido para todos se inscrevam nos dois grupos de trabalho recém criados, apesar de que pelo que estou vendo alguns receberam a comunicação e outros não, está aberta inscrição a inscrição é só entrar em contato com a secretaria executiva manifestando o interesse.

Colocar novamente essa questão do prazo de manifestação até o dia 15, bastante exíguo, fica o convite para as Câmaras técnicas dependendo das possibilidades posso realizar trazendo das contribuições para podermos como comitê colocar nas nossas considerações do Comitê para

aperfeiçoar o PERH, não eximindo essas considerações individuais diretamente no site Como já informado.

Encerrando, Virgílio.

Virgílio - (Áudio com qualidade ruim)

Como informe, também gostaria que o Hélio e o Amauri pudessem falar sobre isso, tivemos reunião do conselho deliberativo da FABHAT encaminho documento para incluir no plano de trabalho 2021 questões legais da estrutura dos escritórios regionais das Leis Específicas dos Mananciais, especificamente da Billings, que prevê os escritórios para os estudos específicos a serem feitos nessas áreas, Para serem implementados e a serem realizados anualmente e até hoje não foi viabilizado pela FABHAT, esses escritórios regionais deveriam ter sido implantados. Estamos, portanto com essa pendência legal e queremos trazer essa discussão e

ficou para ser ajustada no plano de trabalho essa possibilidade para essa viabilização.

Presidente - É uma notícia importante e será divulgado para todos, mas já deixar registrado que no plano de trabalho são ações importantes para o avanço da estruturação da agência, com a contratação de profissionais técnicos qualificados para assumir a função de órgão técnico para gerenciar os mananciais, podendo atender esses requisitos legais, nas atribuições do órgão técnico com todas suas incumbências de proteção e recuperação dos mananciais. Agradeço pela lembrança, e sem delongas vamos passar para o próximo item da pauta.

Hélio S.- FABHAT - Complementando o que não foi colocado como informe agora da Agência porque apesar do plano ter sido aprovado na última reunião do Conselho Del. FABHAT, nessa terça-feira, ficou acordado para estruturarmos o plano colocando um parágrafo explicitando essa solicitação do

Conselheiro Virgílio, muito bem colocada na reunião. E o plano está condicionado à inclusão desse artigo, não trouxe para pauta, para deixar para próxima reunião do comitê porque tem a inclusão desse parágrafo. Para deixar claro. Obrigado.

Dimitri - (Áudio com qualidade ruim dificultando compreensão com apanhamento taquigráfico)
Queria deixar uma sugestão, da mesma forma que tivermos esse evento sobre as mudanças climáticas, primeiro a informação lembrar que o MDV tem pautado e se dedicado sistematicamente pela efetivação dos Subcomitês de bacia via Comitê do Alto Tietê e a indispensável legislação, e essa que está ainda na nossa compreensão para a devida incorporação e o devido empoderamento porque 60% das águas potáveis paulistas provêm dos mananciais nas unidades de conservação-UC do Estado, e também das UC do governo federal.

Sugiro a realização de evento aos moldes do evento climático sobre a importância das Unidades de Conservação para produção de água para usos diversos.

Presidente - Agradeço, de antemão solicito para o MDV preparar uma minuta com o que gostaríamos de atingir como base de estruturação para podermos levar adiante, estamos de acordo. Agradeço a contribuição

Pelo chat:

Laura Stela Naliato Perez

Quando este expediente foi encaminhado aos membros do Comitê?

Larissa Silva

Está no link com os documentos da Plenária, foi encaminhado junto ao convite da reunião.

Miriam Duailibi

Eu gostaria de participar deste GT, dada minha experiência com o tema. O Ecoar trabalha com Mudanças Climáticas desde 1997, assim penso que podemos contribuir.

Laura Stela

Larissa, minha dúvida é se foi enviada mensagem aos membros do CBH para indicar interesse na participação no GT Eventos Extremos, e como foi feito este convite. Nos expedientes só encontrei uma série de ofícios dirigidos a órgãos específicos sobre a participação no GT Jurubatuba

Então registro que não recebi, e informo meu interesse em participar do GT Eventos Extremos

Larissa Silva

Verifiquei que o e-mail convite GT Extremos foi encaminhado dia 25 de agosto

Item 4, informes, na verdade é uma inversão, como está exposto no estatuto, nas últimas reuniões devido ao acúmulo de discussões e até disponibilidade da Profa. Jaqueline da UNIFESP, não conseguimos realizar a apresentação Espaço urbano e planejamento popular nas margens do rio Aricanduva e a construção da representação social, no trabalho desenvolvido e apresentado ENCOB do ano passado, então como não podemos fazer essa apresentação nas duas últimas reuniões, e na última reunião inclusive uma realização longa de reunião não conseguindo chegar à finalização com tempo hábil para a apresentação, fizemos excepcionalmente uma inversão de pauta solicitando para o plenário realização da apresentação para essa reunião, então primeiro nossas desculpas pelos contratempos Jaqueline, um prazer recebê-la aqui.

Profa. Jaqueline A. Bória - UNIFESP Zona Leste (áudio com falhas) – (Apresentação integral “O curso de extensão ESPAÇO URBANO E PLANEJAMENTO POPULAR a construção da representação social às margens do Rio Aricanduva, Município de São Paulo – SP - encontra-se arquivada e disponível na Secr. Ex. CBHAT)

Obrigada, bom dia a todos e todas. Vou tentar ser breve e agradecendo ao comitê pela oportunidade e apoio com subsídios na realização do trabalho que nessa semana completou 1 ano.

No ano passado tínhamos recentemente iniciado o curso, curso de extensão e apresentamos com esse título no ENCOB Espaço urbano e planejamento popular - A construção da representação social às margens do rio Aricanduva em São Paulo-SP. Autores do artigo, eu e a professora Patrícia (áudio falhando) campus zona leste UNIFESP, apresentado como relato de caso, descrevendo a demanda do curso por comunidade localizada na bacia do

Aricanduva, como uma escola que tem projetos, com a motivação a partir de fevereiro de 2019 com a implantação do projeto macrodrenagem em segmento do rio com instalação também de um parque linear promovendo remoção de aproximadamente 880 famílias que estavam em área de risco, desabamento e enchentes, e apesar da prefeitura a ter colocado no local à disposição Assistente social e representantes da Secretaria de Obras, para as dúvidas, mas tudo gera uma condição de muita insegurança e as dúvidas eram pontos a serem discutidos. Aqui em vermelho está área do projeto dentro da Bacia do Aricanduva, na margem da mata o parque natural do Carmo, e aqui o Tabor.

O objetivo foi formar e qualificar lideranças comunitárias para conduzir o diálogo entre a comunidade e a PMSP, para poderem inclusive se candidatarem nos a Conselhos participativos com interesse grande também para poderem se articular

e identificar as suas próprias demandas, a partir dessa obra.

O projeto foi construído em várias reuniões com os professores da UNIFESP representantes do projeto da Comunidade onde poderiam expressar sua real necessidade, foi construído de forma participativa, com muitos encontros aos sábados no período da manhã, com 40 vagas 10 reservadas para educadores da comunidade Tabor e 30 para possíveis lideranças comunitárias todas com essa estrutura: exposição do tema, material como vídeo e texto da problematização e o debate em grupos.

Cerca de 20 pessoas participaram, 10 educadores do Tabor e 10 moradores das localidades. A dificuldade em completar as vagas foi interpretada coletivamente como intrínseca ao desafio de mobilizar a comunidade para participar de atividades culturais, sociais e políticas. Concluíram o curso 17 discentes, que receberam certificados de conclusão

Nas 8 aulas os temas foram discutidos na reunião com a comunidade abrangendo desde a história versus território administrativo, questões políticas e ações públicas, organização social, saneamento na Bacia do rio Aricanduva com a professora Melissa-UFABC, e também membro aqui do Comitê, estratégia de planejamento e negociação e reivindicação e a última aula de infraestrutura e mobilidade. Temos algumas fotos dos locais. Uma dificuldade muito relatada é que o rio Aricanduva é divisa de prefeituras, São Mateus e Itaquera, gerando dificuldades. Paralelamente os professores da Unifesp recebendo a demanda, tomamos conhecimento por informações com todo histórico do projeto, da condução e programação da obra do processo, e passado esse tempo também apresentei o projeto na última reunião do conselho do Carmo e percebemos que muitos parceiros poderiam estar no trabalho, foi muito corrido, e o comitê também se colocou a disposição para pensarmos em projetos futuros. (apresentação de

fotos) Dos resultados, podemos dizer com a interação com os próprios moradores e educadores da entidade aumentando bastante o vínculo da comunidade com a UNIFESP sendo a intenção um grupo de trabalho para acompanhamento da mobilização dos moradores e depois também tentamos agendar uma reunião com a Secretaria do Verde, meio que coordenada pela gestora do Parque Municipal natural da fazenda do Carmo, e após o curso estamos trabalhando com outros projetos. Dos agradecimentos, ao CBHAT por subsidiar a participação no ENCOB 2019 e a apresentação do trabalho, ao Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, Unidade Tabor, pela parceria na proposição e na realização do curso; Profa. Dra. Melissa C. Pereira Graciosa, da Universidade Federal do ABC, pela participação na aula sobre Saneamento; aos colegas do Instituto das Cidades, Campus Zona Leste da Unifesp também que participaram do curso, professores/as doutores/as

Magaly Pulhez, Giovanna Milano e Ricardo Barbosa
(áudio falhando).

Presidente - Acho que falhou o seu microfone.

Participante (não se identificou ao fazer uso da palavra)-
Acho que travou, e já havia caído duas vezes antes.

Jaqueline - Oi, e o último é o link completo dos trabalhos
nos anais, Artigo completo
<https://encob2019.regg.co/downloadPDF/downloadTrabalho/55.pdf>

que já enviei para a Secretaria executiva
agradecendo a oportunidade de apresentar o
trabalho e reforçar a fala do presidente da FABHAT
na aproximação do comitê com a Academia,
desenvolvendo outras ideias e projetos, com certeza
iniciando o contato com o comitê, um deles como
projeto grande de Agentes para a zona leste,
estamos elaborando com a Secretaria Municipal do
verde e meio ambiente, UMAPAZ, USP zona Leste,
Unifesp, e outros parceiros, estamos elaborando a

parte metodológica, aproveitando também sobre a fala anterior sobre SNUC me colocando também à disposição, porque fizemos recentemente uma apresentação justamente sobre UC, e também posso disponibilizar o link e fico à disposição. Obrigado a todos e a todas, estou à disposição, tentei ser o mais breve possível.

Presidente - Nós que agradecemos e é com muita satisfação que vemos trabalhos como esses sendo realizados aqui na bacia, uma obra de drenagem com a intervenção que é o que ela visa na última análise, temas que já discutimos aqui e com um trabalho de participação social extremamente importante que gera resultados, parabéns e esperamos outros trabalhos como esse incentivando a promoção e divulgação no nosso ambiente, então siga em frente grato a Unifesp e Jaqueline.

Jaqueline - Obrigada.

Pelo chat

Cristiane Cortez

Grata pela apresentação. Excelente! Qualificar a população e trocar as experiências/conhecimentos com a academia. Parabéns.

Virgílio- Quero registrar meu agradecimento pela colega e nos ajudar na elaboração da proposta.

Presidente - Muito bom. Aguardamos a minuta de vocês.

Item 5 Deliberações.

Peço antes dessa série de deliberações, oito, procurando se ater ao tempo de exposição e votação, colocado para vocês com 15 minutos no

máximo e depois de uma discussão bastante produtiva concentrando esforços para discussão e aprovação de acordo com a vontade do Plenário, para sermos bastante objetivos.

Hélio S. - Questão de ordem, gostaria de saber se a mesa diretora e o comitê receberam e-mail encaminhado ontem ao final da tarde solicitando retirada da deliberação 107.

Presidente - Sim, podemos tratar na vez dela.

Deliberação 103

Primeiramente mencionando a intensa participação que tivemos de todos os representantes do segmento da sociedade civil na discussão, tradicionalmente fazemos essa deliberação a cada dois anos pelo Regimento do Comitê que deve ser publicada com antecedência de 6 meses, da mesa diretora e do novo plenário do comitê, que deverá ser agendada para eleição até 31 de Março, de

cada biênio, então até setembro do ano anterior, no entanto nesse ano não foi possível atender o calendário, já conversamos anteriormente, em agosto, para encaminhar a Deliberação Ad Referendum, no entanto quando fizemos a reunião da sociedade civil para discussão do teor da deliberação, houve uma série de questionamentos e sugestões de alteração nos levando a abrir um prazo para recepção de aprimoramento da deliberação, e com isso chegamos no final de setembro, também foi pedido o adiamento da recepção das contribuições e acabamos fazendo outra reunião da sociedade civil para fechar o texto no início de outubro, dia 12 ou 13. Com isso não conseguimos atender essa condição estipulada no Estatuto do comitê, sobre até 6 meses antes divulgar o processo, justificado porque tivemos um processo de discussão e reflexão sobre a participação da sociedade.

Em linhas gerais, já chamando atenção que devemos alterar os Considerandos, incluindo, para justificar o atraso.

É uma deliberação simples em função do que está exposto no estatuto.

Artigo 1º - Fica aprovado o Regulamento do Processo Eleitoral das entidades do segmento Sociedade Civil, para a gestão 2021-2023, com vistas à participação no plenário do Comitê Alto Tietê e nos colegiados dos Subcomitês, conforme procedimentos e informações constantes no Edital (Anexo I), Cadastro Permanente (Anexo II), Ficha de Atualização Cadastral (Anexo III) e Ficha para Cadastramento (Anexo IV).

Na página seguinte, foi uma discussão importante que fizemos com relação às vagas para o segmento da sociedade civil.

(áudio com microfone aberto com falas simultâneas dificultando a compreensão e o apanhamento taquigráfico)

Colocando o quadro completo na tela, há unidades representativas de vários setores, em que houvesse distribuição do número de vagas por setores, algo que não havia na deliberação do atual biênio nos anos anteriores, eram 7 vagas da categoria 2 dispostas em apenas um único conjunto e a proposta é abrir a categoria em 3 setores, o de abastecimento público e geração de energia, outro industrial, comercial e serviços e por fim um agrícola e agroindustrial, com observação 1.3. Na categoria II - Usuários das águas, caso as vagas não sejam preenchidas conforme os setores, poderão ser preenchidas por outro setor da mesma categoria. Ou seja, se não tiver duas entidades, por exemplo, do setor agrícola havendo somente um a vaga pode ser remanejada para outro setor, onde houver demanda maior e assim por diante.

Outra alteração, as datas:

Atualização cadastral ou cadastramento Entidades
03/11 a 18/12/20

Divulgação do Anúncio no site do CBH-AT Sec.
Exec. Até 03/11/20

Divulgação das entidades inscritas, no site do CBH-
ATSec. Exec. Até 05/01/21

Pedidos de impugnação à Secretaria Executiva
Entidades Até 12/01/21

Análise da documentação e divulgação das
entidades habilitadas e inabilitadas, no site do CBH-
ATSec. Exec. Até 22/01/21

Apresentação de recursos em 1ª instância ou
pedidos de impugnação Entidades Até 29/01/21

Análise dos recursos ou pedidos de impugnação e
divulgação dos resultados Sec. Exec. Até 05/02/21



Apresentação de recursos em 2ª instância
Entidades Até 12/02/21

Análise dos recursos em 2ª instância e divulgação da
lista final de habilitados e inabilitados Presidente
CBH-AT / Sec. Exec. Até 19/02/21

Assembleia Geral e eleições setoriais por categoria
para o CBH-AT e Subcomitês Sec. Exec. Até
05/03/21

Divulgação das entidades eleitas, pelo site do CBH-
AT e D.O.E. Sec. Exec. Até 12/03/21

Reunião plenária de posse dos eleitos para o
mandato 2021-2023 Sec. Executiva Até 31/03/21

O prazo de 45 dias é o mesmo, e foram encurtados os prazos para a Secretaria executiva, mas não para as entidades, por exemplo, recursos prazo de 7 dias após, com o mesmo prazo que o processo anterior, ou seja, não temos redução de oportunidades para as entidades e com os processos anteriores.

Esclarecendo a importância de entidades que já pertençam ao cadastro permanente do Comitê, que todos preencham a ficha de atualização, se houve alteração estatutária, eleição, posse de outra diretoria, basicamente é para informar o que tenha ocorrido, e principalmente indicar o nome do representante no processo eleitoral. Para as novas entidades há exigência de documentação um pouco mais completa.

Uma novidade, muito discutida no nosso ambiente, tudo isso vale para as entidades novas e é importante divulgar o processo porque a intenção é termos um quadro de entidades cadastradas ampliadas não ficando apenas no mais restrito, e em todas as categorias, e deixamos algo que não estava muito explícito na anterior, no item e.4. Associações ou sindicatos representativos dos agentes promotores da construção civil e do desenvolvimento urbano: cópia de no mínimo 2 (dois) documentos que comprovem, nos últimos 2

(dois) anos, a congregação de pessoas jurídicas atuantes na incorporação ou construção de empreendimentos comerciais, habitacionais, industriais e de logística, e as atuantes no desenvolvimento urbano (planejamento de uso e ocupação do solo, provisão de serviços urbanos e habitação). Categoria E 4.

E estão mantidas as mesmas condições dos itens 4.2; 4.3.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PROTOCOLIZAÇÃO, Toda documentação, vamos trabalhar por e-mail e 6. DA DIVULGAÇÃO DAS ENTIDADES INSCRITAS, 7. DAS ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA EXECUTIVA de caráter estritamente burocrático no processo e 8. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS, PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E RESPECTIVAS ANÁLISES, também mantido item 9. DA ASSEMBLEIA GERAL E ELEIÇÕES SETORIAIS POR CATEGORIA, esperamos que seja possível realizar presencialmente em espaço bem

arejado, lá para fevereiro, e também a posse dos eleitos não alterações.

Das Vagas remanescentes, item 11.4 Nos colegiados de Subcomitês, entidades de outras categorias poderão assumir vagas remanescentes, até que uma entidade interessada da categoria em questão se apresente solicitando a participação, conforme descrito nos itens 11.1 e 11.2.

Podemos estimular essa participação nos Subcomitês, com processo de remanejamento de entidades dentro dos Subcomitês.

O Anexo II é sobre o cadastro permanente com as entidades que hoje fazem parte do cadastro em categorias.

Aberto para a manifestação do plenário.

Jorge Rocco - FIESP - Bom dia a todos, Presidente e demais colegas do segmento. A primeira questão é que, você coordenou nossa reunião da sociedade civil, e o assunto tratado do prazo de 6 meses não inferior do final de cada mandato, ao propor a deliberação está ferindo o estatuto, acho um risco altíssimo para o Comitê. O Estatuto é a orientação, como na União e no Estado é a Constituição e no município a Lei orgânica, algo para alterar o conteúdo, cria ilegalidade. No meu ponto de vista isso preocupa. Esse assunto não foi abordado conosco dentro da reunião da sociedade civil, claramente, tinha prazo, mas fiquei muito preocupado quando li a deliberação, trazendo outros conteúdos que deverão ser manifestados em outros momentos, mas em função desse item específico Presidente, entendo que devemos rever esse posicionamento para não ferir o Estatuto e não criar uma situação ruim para o Comitê. Estamos de

cara propondo uma deliberação com infração ao estatuto.

Por questão de ordem temos que suspender esse assunto vendo uma alternativa para atendimento, reescrever em outro momento essa deliberação.

Larissa - Temos uma pergunta da Camila no chat:

“Camila Candiles SEMAE Mogi das Cruzes.

Gostaria de saber se agora o SEMAE pode se inscrever como sociedade civil - usuário da água.

Não tenho fone no computador, mas tenho uma dúvida, se alguém puder perguntar, por favor:

Com esta alteração da deliberação, o SEMAE - Serviço Municipal de Águas e Esgotos de Mogi das Cruzes pode se inscrever como representante da sociedade civil - usuário da água? Tentamos nos inscrever anteriormente, mas o comitê nos informou que, apesar de ser uma operadora de saneamento autônoma, com CNPJ próprio, e usuária de recursos

hídricos, não se enquadra como sociedade civil, por estar sob administração indireta do poder municipal, estando contida a sua representatividade na cadeira do próprio município.”

E, da Luciana Travassos UFABC - Qual ponto ele diz que fere o estatuto? Penso que a adequação ao estatuto foi plenamente discutida nas duas reuniões e concluímos que essa proposta não feria o estatuto.

Ainda pelo chat

luciana travassos

Não estou entendendo o que faríamos ao tirar a deliberação da pauta

Tira e faz o quê?

Eu entendo que não, que concordamos com uma proposta.

Presidente - Obrigado. Esclarecendo, está no item e.2.

Usuários das águas, representados por entidades associativas: (i) cópia de publicação no Diário Oficial do Estado do extrato de Portaria de outorga de direito de uso da água (ou a dispensa de outorga) expedida pelo Departamento de Água e Energia Elétrica, em vigor, de no mínimo 5 (cinco) associados usuários das águas na bacia hidrográfica do Alto Tietê; e a excepcionalidade

item 4.2. b. As associações que representam os prestadores de serviços de saneamento, sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e drenagem urbana, desde que comprovem o vínculo de, no mínimo, 2 (dois) usuários de recursos hídricos, de forma direta ou indireta, na Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, com a entidade associativa.

O SEMAE Mogi não pode diretamente com a regra aqui se apresentar como entidade da sociedade civil, mas a ASSEMAE-Associação dos serviços municipais pode, e já está cadastrada e SAESA de São Caetano do Sul filiadas na ASSEMAE, então não há problema a ASSEMAE representar e nesse caso pode ser com alguém do Serviço municipal de água e esgoto de Mogi das Cruzes, então o SEMAE deve tratar diretamente com a ASSEMAE, congregadora.

Virgílio (áudio falhando)

Presidente - Sobre observação do Jorge, em hipótese alguma devemos ferir o Estatuto do Comitê, que rege tudo o que fazemos, no entanto gostaria de ressaltar que não foi possível implementar a deliberação a tempo, o que não fere o estatuto, era planejado fazer a deliberação Ad referendum, mas não foi possível ser inserida na reunião de julho, até porque, gente, fizemos uma reunião de 6 horas, com uma pauta extensa e uma discussão forte, não foi possível. Levamos para discussão, verificando

aqui, 18 de setembro agendando a reunião geral do segmento com o teor da deliberação e depois no dia 7 de outubro com outra reunião do segmento e não foi possível levar como Ad referendum, por isso trouxemos hoje.

O fundamental, está no Estatuto, não deve haver nenhum tipo de restrição na participação da sociedade civil, e como destaquei o tempo para inscrição, inclusive para as respostas, intervenção de recursos e tudo mais, está exatamente idêntico ao processo de 2019 item 21, mas temos encurtamento de datas para os trabalhos a cargo da Secretaria executiva.

Virgílio- Sobre a observação do Jorge, o prazo previsto pelo Estatuto não é exatamente da forma como foi colocado, é preciso entender que o início dos trabalhos, não terminou no prazo, mas iniciou no prazo e o prazo está previsto em lei? Não pelo que eu sei, portanto não está ferindo. A lei diz para garantir a participação de um terço do sistema para

a sociedade civil, então não é por conta de correr o prazo previsto no Estatuto que inviabiliza, a meu ver, a participação da sociedade civil. O que o professor Jorge está propondo inviabiliza, para o próximo pleito, aí não existe o sistema atuando, funcionando.

Outra coisa, no item e.4 quando coloca atuação urbana, proponho urbana e social, porque as entidades de bairros tem um trabalho social também, a água é um direito social.

Presidente - Vou apresentar a proposta dos Considerandos no chat: As discussões para aperfeiçoamento desta Deliberação realizadas pelo segmento sociedade civil que exigiram a realização de duas reuniões gerais do segmento em 18 de setembro e 07 de outubro, bem como a recepção de diversas sugestões de ajustes e de redação, e o outro, que os prazos para cadastramento e atualização cadastral das entidades da sociedade civil foram mantidos com o mesmo número de dias constantes da

Deliberação aplicada para o processo eleitoral que presidiu o mandato de 2019-2021.

Não houve prejuízo nenhum da participação das entidades tanto para atualização como cadastramento.

Jorge Rocco- Presidente, entendo claramente que não na questão é o processo eleitoral, no prazo estipulado também inferior a 6 meses, e o Estatuto é o regramento máximo do Comitê, não é a lei, mas é o que orienta todo o procedimento Institucional, e deve ser seguido, então eu entendo que já aconteceu no passado, não ter propriamente a eleição, com prorrogação de prazo do mandato da sociedade civil para poder cumprir o Estatuto, então nesse caso peço suspensão do processo e nesse caso pediria suspensão do processo com apresentação da proposta para não ferir o Estatuto vigente.

Pelo chat

CIESP Diadema - Dario

seguimos a posição do Jorge Rocco

Luciana Travassos UFABC

Qual ponto ele diz que fere o Estatuto?

Penso que a adequação ao estatuto foi plenamente discutida nas duas reuniões e concluímos que essa proposta não fere o estatuto

Amauri Pollachi

Que, excepcionalmente, devido ao relatado acima, não foi possível cumprir ao prazo do § 3º do Art. 6º.

Camila Clementina Arantes

O impasse sobre o prazo foi colocado nas reuniões da sociedade civil como está ocorrendo aqui, sem consenso? Se sim, confesso que não me recordo.

DANIEL TEIXEIRA DE LIMA (Convidado)

Incluiria a pandemia

Daniel Teixeira- É muito rápido, não vejo sentido nessa discussão, que me perdoe o Jorge, porque já disse algumas vezes aqui, o plenário é soberano, sem contar o seguinte, foram dadas todas as condições, sempre de forma transparente e sem contar que estamos em um momento atípico, uma pandemia, inclusive o próprio judiciário teve seus prazos esticados, postergados, e isso é plenamente justificável então sinceramente não vejo por que não aprovarmos a deliberação.

Jorge - Daniel, entendo sua colocação, mas relato isso (áudio falhando) na própria sociedade civil não foi unânime, nas alterações apresentadas, já foi colocado o posicionamento contrário e que deveria ter acompanhado essa redação para conhecimento prévio de todos, e não veio. Isso eu acho que é outro vício, de risco, da sociedade civil

e do próprio comitê, e isso foi aprovado na reunião da sociedade civil, conforme reportado.

Dimitri - (áudio falhando)

Presidente - Seu som está muito ruim.

Pelo chat

CIESP Diadema - Dario

Aprovo a questão de ordem do Jorge Rocco suspendendo e prorrogando mandatos

Miriam Duailibi

Vamos votar a questão de ordem e, caso ela não seja aceita, votamos a deliberação.

Luciana

eu discordo que seja uma alteração no estatuto

é um detalhamento

Laura CIESP

Aprovo a questão de ordem do Jorge Rocco suspendendo e prorrogando mandatos

Laura Stela

Alteração de estatuto demanda reunião específica, e este item hoje nem consta da pauta. Para se chegar a uma proposta de alteração de estatuto é necessária ampla discussão e manifestação, como foi feito na última revisão

Helio Cesar Suleiman

O inciso III do artigo 6º define as vagas.se houver alteração, pode ser entendido que houve alteração do regimento.....por isso levantei essa preocupação.

Luciana

Não há alteração de vagas

Helio Cesar Suleiman

Distribuição das vagas...lá está detalhado.

JAQUELINE APARECIDA FERNANDEZ

Concordo com a Luciana.

O Estatuto não menciona o número de vagas. Isso é
proposto pela deliberação

Luciana Travassos)

Não se altera a distribuição de vagas também, só se
detalha

JAQUELINE APARECIDA FERNANDEZ (Convidado)

Sim. Acredito ser prerrogativa da plenária isso. Não altera o
estatuto

Helio Cesar Suleiman (Convidado)

Luciana, desculpe.....realmente é um detalhamento das vagas.

Não há alteração de regimento

Luciana

Vamos votar a questão de ordem?

fizemos duas reuniões de discussão, amplamente divulgadas

Vanessa Dias - Sinduscon SP- Bom dia a todos (áudio falhando) ainda estou um pouco em dúvida em relação Associações comunitárias, na categoria 4 ou onde se encaixariam, a questão que já tínhamos colocado na reunião passada, em relação a quantidade de vagas e se conseguir entrar no item 5 onde tem 3 vagas, é só a questão de representatividade e quantidade de vagas para

entender exatamente se fica no item 4 ou se na abertura de usuários enquadraria também.

Presidente - Peço que quem não está com a palavra feche o microfone.

Dimitri - Falar que o vício não se fará. A partir do momento em que o Estatuto do comitê foi aprovado em conformidade com a legislação de recursos hídricos, então não se fará, já está implantado, o Estatuto não pode ferir a legislação maior, por isso não houve consenso na reunião da sociedade civil. (áudio falhando) Agora, não é pertinente, como colocado, ferir o Estatuto vigente, menos ainda é pertinente continuar ferindo a Lei maior, a de recursos hídricos, então de fato não chegamos ao consenso, mas tentamos achar o meio do caminho, apontando que no futuro o Estatuto seja revisto e adequado à legislação maior, não podemos continuar com Estatuto de vícios, em desconformidade com a legislação, que jamais pode se sobrepor à legislação maior.

Virgílio - Dizer que o professor Jorge levantou a questão sobre o Estatuto, e eu venho dizendo há bastante tempo (áudio falhando) e outra coisa, entendeu-se a necessidade de ajustar o Estatuto à Lei, está em discussão, quero reforçar que não vi na Lei de recursos hídricos e nem a dos Mananciais, estabelecer prazos, mas contém o tripé do sistema, no que tange a sociedade civil, senão não vamos conseguir implementar o sistema no ano que vem, então não vejo que seja vício porque, repito, não está desrespeitando a lei, pelo contrário é para atender um sistema de recursos hídricos igualitário, conforme prevê a legislação, é tripartite, então pediria para meu professor Jorge Rocco, que quero um bem danado, não se apegar a isso porque acho que não procede.

Hélio S. - FABHAT - Só para falar que o Estatuto do comitê no artigo 6º parágrafo 1º Da participação no CBH das pessoas jurídicas que deverão indicar as pessoas físicas e o CBH instituirá as normas gerais para o

processo eleitoral e no parágrafo 3º o CBH instituirá em prazo não inferior a 6 meses, antes do final de cada mandato o calendário e demais requisitos inerentes ao processo eleitoral. Então é um prazo de calendário do comitê, em breve olhada no artigo 6º e todo o comitê na Constituição pautado no artigo primeiro criado pela lei 7633, e pela deliberação CRH 02 e 25 de novembro de 1993, só para trazer a discussão do arcabouço legal dessas questões, não sei se ajuda ou não, do Regimento.

Presidente- Agradeço é muito importante trazer à luz. Já fizemos as discussões devidas e gostaria de submeter para a aprovação do plenário a deliberação, com os acréscimos dos Considerandos, com inserção dos itens 5, 6 e 7 a realização de duas reuniões gerais do segmento em 18 de setembro e 07 de outubro, bem como a recepção de diversas sugestões de ajustes e de redação. Que os prazos para cadastramento e atualização cadastral das entidades da sociedade civil foram mantidos com o

mesmo número de dias constantes da Deliberação aplicada para o processo eleitoral que presidiu o mandato de 2019-2021.

Devido ao relatado acima não foi possível cumprir o prazo do parágrafo 3º artigo 6º.

Jorge Rocco- Não sei se estou entendendo se você está fazendo o encaminhamento ou não, mas fiz proposta de suspensão da minuta da deliberação para poder estender os atuais mandatos até regularizar porque estamos ferindo o Estatuto, é uma questão de ordem.

Presidente - Vamos submeter ao plenário sua questão de ordem.

Colocado em votação se mantemos a discussão da deliberação que aprova o processo eleitoral 2021-23 ou se suspendemos e adiamos, prorrogação dos mandatos, que se encerra em 31 de março, prorrogado pelo prazo que for necessário para chegar a um entendimento com a sociedade civil.

Secretário Executivo- Amauri, fiquei também com dúvida em relação a isso porque estão falando de não seguir o Estatuto, por conta do prazo de 6 meses, do calendário, prazo não inferior a 6 meses, só que o estatuto também estabelece que o encerramento do mandato é até 31 de março, e vamos modificar o Estatuto em relação ao mandato, não entendi muito bem essa proposta, porque a partir do momento que você prorroga o mandato está alterando o Estatuto, no meu entendimento.

Outra coisa, também não ficou claro quando o Dimitri comentou que o estatuto fere a Lei maior, qual? E em que dispositivo do estatuto? Parece que as justificativas que estão sendo colocadas, em função das discussões que foram feitas no segmento da sociedade civil, e pela manifestação no chat, dos representantes, parece que dentro do segmento da sociedade civil houve entendimento de trazer a proposta hoje para deliberação, até de certa maneira justificando, vamos dizer assim, o não

cumprimento desse prazo mínimo de 6 meses, pelo que estou vendo não houve consenso na sociedade civil, desculpe falar, mas temos um pequeno *imbroglio* porque não posso pensar em discutir e aprovar o mérito da deliberação se a questão não for contornada, qualquer coisa que se faça, vota hoje não cumprindo o prazo mínimo ou prorroga o prazo, muda a data do mandato, qualquer uma no meu entendimento está ferindo o Estatuto, então realmente é uma decisão que o plenário tem que se posicionar.

Presidente- Queria lembrar o seguinte, não é o rabo que abana o cachorro. Vamos colocar o devido posicionamento nessa discussão. O assunto foi discutido naquelas reuniões com a sociedade civil e chegamos sim a uma redação de consenso para ser trazido. Consenso não total dos representantes da sociedade civil, que estão presentes, com alguns questionamentos, mas chegamos a um consenso para trazer esse texto para deliberação do plenário,

o plenário completo, junto com os outros segmentos e não foi discutido em nenhum momento nas reuniões da sociedade civil adiamento e não cumprimento do parágrafo 3º artigo 6º do estatuto, não foi discutido isso. Está sendo discutido aqui algo fora da discussão do segmento da sociedade civil, com consenso para trazer esse texto para discutir no plenário. Nunca foi discutida qualquer coisa inclusive a respeito de prorrogação de mandatos, vamos cumprir o mandato até 31 de março e como Vice-presidente, estou como presidente em exercício, até o dia 31 encerro, não há necessidade de o rabo abanar o cachorro como está sendo colocado aqui nesse momento. Vou trazer a palavra para o Jorge Rocco e vamos para votação, temos uma questão de ordem e vamos discutir se ela for mantida.

Virgílio - Trazer esse ponto para pauta do comitê foi justamente por causa do consenso, seria necessário o comitê deliberar, e repito que não há nenhuma

ilegalidade em aprovar esse regulamento porque a lei não determina prazo, dentro do estatuto há orientação, mas não pode se sobrepor a lei, porque se não fizermos isso nós não vamos ter composição a partir de 31 de março, só isso, e o comitê é soberano nesse ponto.

Jorge-Presidente, desculpe, vou contrapor, em nenhum momento de nossas reuniões foi alertado, assim como disse no início da minha fala, no primeiro ponto que estaríamos ferindo o artigo do Estatuto especificamente na questão do processo eleitoral do prazo ser inferior a 6 meses. Coloquei claramente que trazer e colocar nos Considerandos, por isso disse questão de ordem, estaremos diretamente fazendo uma deliberação ferindo o estatuto. O posicionamento colocado em função da dúvida do Luiz Fernando, entendo também, seria a suspensão, claro que teria a questão do prazo, mas já aconteceu, se o prazo não foi cumprido o processo eleitoral, prorroga automaticamente, uma

alternativa, ou suspende como está essa deliberação.

Presidente - Quero esclarecer que não há, e é bom que ficaram registradas nas reuniões, nas duas abri a reunião dizendo dos prazos, dos 6 meses, me lembro perfeitamente disso, se for necessário vamos buscar para demonstrar. Inclusive na reunião de 18 de setembro pontuei claramente, temos um prazo de 6 meses, podemos fazer agora um fechamento? Não, vamos abrir para contribuições. Isso foi feito, houve um processo participativo democrático de toda a sociedade civil e no dia 07 de outubro de novo abri a reunião falando do prazo de 6 meses e que se não fechássemos naquela reunião, naquela data, não seria cabível fazer uma deliberação Ad referendum, tanto que ficaram alguns pontos em discussão, e concordamos em trazer a discussão para a plenária de hoje. Gostaria de levar para votação, existe uma votação da questão de ordem. A Maria Emília pediu a palavra e estão encerradas as inscrições.

Participante (não se identificou) - Eu também pedi.

Presidente, vamos encerrar as inscrições, Maria Emília, por favor, com a palavra.

Maria Emília - A minha única preocupação é em relação a mexer no Estatuto. Você tem que ter pelo menos dois terços e é muito complicado, eu sei disso porque tivemos esse problema em outro comitê e tivemos que voltar atrás depois. Precisa ter X assinaturas para aprovar a mudança e todo estudo, para depois voltar para plenária e também concordo com o problema que o Luiz Fernando levantou, se mexer em uma coisa prejudica a outra, porque temos uma data legal então a minha proposta seria ficar bem atento ao artigo 29, e manter o estatuto, se for levar adiante, senão retira a votação de hoje para melhor adequação colocando para a próxima reunião.

Dimitri - Em relação à dúvida do Luiz Fernando para informar que a condição da lei é diferente do

estatuto, esse é o vício. Lembrar que nós do MDV pela vacância que levaria o impedimento e o trabalho das reuniões entendemos que as sugestões, na verdade são pequenas alterações no Regimento, assim possibilitariam continuar o processo eleitoral.

Presidente - Vamos colocar agora em votação, há uma questão de ordem colocada que está em votação. Continuamos ou não com a deliberação da sociedade civil, se não, já fica automaticamente descumprido relativo ao mandato que teríamos até 31 de março, é a consequência caso seja aprovado, o mandato será prorrogado, não sei para qual data, sem data determinada.

Há questionamento relativo a isso?

Hélio - Só dentro dessa questão que a Maria Emília colocou, olhei o estatuto, isso me preocupa, me corrija se eu estiver enganado, havendo proposta de alteração no Inciso 3º artigo 6º, sobre a

distribuição do segmento, se for isso, como estou entendendo, antes de colocar em votação preciso a contagem do quórum porque entendo que há alteração, uma reforma e no meu entendimento fazer o artigo 29 parágrafo 2º concordo de quórum de dois terços, não sei se ajuda ou prejudica, mas dentro dessas questões quando tem a questão da legalidade tentamos colaborar.

Presidente - Temos aqui uma questão que foi colocada pelo Jorge Rocco, que não faz sentido pela concepção que temos do comitê na participação da sociedade civil, como já foi colocado, porque essa participação está assegurada, garantida por meio desse processo nessa deliberação.

Se adotarmos um partido, a decisão de retirar a deliberação, o atual mandato da sociedade civil ficará na vacância, ou seja, o comitê a partir de 31 de março não teria legitimidade para continuidade de qualquer atividade. Vou deixar isso muito claro. Quando eu disse, é o rabo abanando o cachorro,

porque o que diz o parágrafo 3º. do artigo 6o. é sobre o calendário eleitoral divulgado, e quando chamamos as reuniões da sociedade civil foi explicitado, e não sei se por algum motivo, alguém aí pode ter provocado esse processo de adiamento para que chegássemos a esse impasse de hoje. Deixando absolutamente claro que o calendário foi sim debatido e discutido com a sociedade civil em duas datas, então do ponto de vista da legalidade estamos sim atendendo a lei maior e ao estatuto, não existe qualquer contrariedade ao estatuto. É esse o sentido.

Daniel Teixeira- Só uma manifestação, questão de ordem. Entendo a indignação, mas acho que estamos batendo cabeça, entendo o que o Jorge está falando, e vou dizer minha manifestação pessoal nesse sentido. É uma avaliação muito fria.

Estamos em um momento atípico, você tem soluções atípicas, e não entendo que tenhamos que prorrogar os mandatos. Agora, acho que

poderíamos retirar essa deliberação e chamar uma extraordinária, especificamente para isso, e da excepcionalidade as datas, dado o momento da pandemia e tudo que estamos passando. A própria Justiça suspendeu os prazos, por que não podemos fazer dessa forma? Plenamente justificável. Ajustamos isso de maneira muito simples, podemos até março. Porque de qualquer maneira vamos ter que fazer qualquer tipo de alteração porque fala de 6 meses da data da resolução e hoje são 5 meses, então dada a excepcionalidade, vamos fazer com mais cautela como disse o Luiz Fernando e o pessoal, não vejo problema nisso, e teríamos como acertar o ponto, para tentar equilibrar um pouco as forças.

Presidente - Quero lembrar que para qualquer alteração do estatuto, como trouxe a Maria Emília, precisamos do quórum de dois terços, e aí sim a participação da sociedade civil ficaria mais restrita e aí sim não seria possível. Fazendo a sua posição da retirada de

pauta dessa deliberação, como ficaria o calendário para atualização cadastral e cadastramento daqui para diante? Se temos mandato até 31 de março, teríamos pouquíssimos dias para cadastramento, talvez nem tenha, seria apenas atualização cadastral? Sem inscrição de novas entidades? Além do mais qualquer alteração do estatuto, como colocado em outro dispositivo, pressupõe, no artigo 40, proposta redigida para o Presidente acompanhada de proposta e justificativa, assinado por no mínimo $\frac{1}{6}$ do total dos membros votantes, pelo menos de dois segmentos constituintes do plenário, e a reunião será ordinária para tratar exclusivamente do assunto. Claramente nessa situação teremos que fazer a proposta de redação e assim por diante, e com prazo de 15 dias, pode ser exclusivo para isso, ou não, ou seja, na melhor das hipóteses vamos levar qualquer definição para o mês de novembro, e já ficará praticamente inviável a abertura para inscrição da sociedade civil e, aí sim estaremos contrariando o

que diz a lei, como disse o Virgílio, no estímulo à participação da sociedade civil no comitê e não é isso que queremos.

Creio que não há manifestações, com isso posto, Jorge, por favor.

Jorge - Só para contribuir com a sua colocação, o Estatuto, cabe ler o 6º. no dispositivo transitório, quando faz alteração pode determinar a permanência de posse dos membros até eleição em um novo mandato. É possível ocorrer no processo.

Presidente- Não é essa a intenção. Como disse lá atrás é o rabo abanar o cachorro. Estamos tratando de uma questão que inclusive você mesmo dentro das reuniões da sociedade civil pediu extensão de prazo, tanto que fizemos a discussão no dia 07 de outubro porque você pediu prazo para enviar as contribuições até o dia anterior, então estamos atendendo a sua manifestação, atendendo a participação que você solicitou.

Jorge - Desculpe, não é essa a colocação, desculpe se está julgando pelo pessoal, mas pedi extensão de prazo porque quando os membros CIESP/FISP usuários da água começaram uma discussão não tiveram tempo de se articular já estava montada a proposta sem ter a discussão deles, então como usuário solicitei. Foi um direito, em nome dos usuários.

Miriam Duailibi – Inst. ECOAR - Amauri e caríssimos, não estou conseguindo perceber por que de toda essa discussão, no que estamos nos atendo nessa Resolução, nos dedicando tanto a firulas de Regimento, Estatuto, etc, porque tudo o que está sendo proposto é um detalhamento das vagas da sociedade civil para fazer com que parcelas do segmento aqui, que até agora não estavam conseguindo participar, participarem, cumprindo a lei, apenas isso. Ficar se apegando a tanto, 2 horas de discussão, me parece absolutamente, com todo respeito, totalmente inadequado e irregular, não acrescenta, se uma parcela vai deixar de ter uma

ou duas vagas, ONGs, CIESP, FIESP, é absolutamente inexpressivo no conjunto, estamos discutindo uma coisa muito mais legal que é ampliar a participação, dando voz para quem ainda não participou, uma ou duas vagas, não é nenhuma revolução ou tentativa de destruição de Regimento.

Presidente - Vamos passar para a questão de votação da questão de ordem, apresentado pelo representante Jorge Rocco para não discutir a deliberação e proceder a uma reforma do Estatuto e prorrogar o mandato, consequentemente da atual gestão. A qual já manifesto que não estamos de acordo.

Está aberta a votação para questão de ordem, os que se manifestam a favor da retirada da deliberação da pauta e procedimentos para a reforma do Estatuto e subsequente prorrogação de mandato, por favor, se manifestem, e os contrários.

Hélio - A Miriam colocou bem, não prorroga senão vamos ter que pedir para o CRH também.

Presidente - Peço para a Larissa.

Dimitri - Não consigo, é não.

Marcos Cordeiro - Adiar.

Presidente - Sim.

Vanessa Sinduscon - Sim, não consigo colocar no chat.

Presidente - Todos se manifestaram?

Encerrado? A contagem, por favor, registrado no chat.

Adolfo - Não.

Solange Wuo Franco – PM de Salesópolis - Sugestão de votação, nas últimas vezes, quem era contrário ou abstenção escrevia, e a favor não se manifestava, se não fica confuso, e até mais fácil de fechar.

Participante (não se identificou) - Nesse caso é o contrário.

Presidente - Nesse caso é interessante fazer o registro.

Larissa - 21 votos contrários, 5 votos sim, 2 abstenções.

Hélio - São duas sim.

Presidente - Agora aberta a votação para aprovação da Deliberação 103, que aprova o novo regulamento do processo eleitoral com a inclusão dos Consideramos propostos por essa presidência. Aberto o processo de votação, os que se manifestam a favor do texto.

Jorge Rocco - Tudo bem, eu fiz uma questão de ordem, mas não discutimos as propostas, sobre as propostas descritas, a subdivisão dos usuários que apresentamos contrário na reunião da sociedade civil.

Presidente - Vou conduzir se há alguma observação.

Luciana - Já retirei.

Daniel Teixeira- Muito rápido, Jorge me perdoe mas a reunião da sociedade civil não tem a ver com esse plenário, então manifestamos aqui no plenário o que queremos de alteração, votamos e apresentamos os destaques do achamos, para qualquer Conselheiro que achar que tem que

alterar, senão fica aparecendo uma reunião à parte para definir regras que é o plenário quem define.

Jorge - Desculpe, mas foi decidido na reunião da sociedade civil que iriam ser levados os dois destaques, a permanência como está agora e a outra proposta, essa do encaminhamento em três.

Presidente - Vamos expor a deliberação.

Agora vamos conduzir o processo de votação da deliberação da forma como está com os itens assinalados em amarelo como votação a parte, ou mantemos os itens de usuários das águas unificado ou fragmentado como está exposto na tela.

Virgílio - Reiterando foi colocado que a fórmula como estava, estava infringindo a lei, então para compor a sociedade civil conforme a lei prevê, com o texto de alterações em amarelo, ou não, se a maioria votar com as linhas amarelas, passou.

Maria Emília- Desculpe, só com uma dúvida, concordamos em continuar a discutir o assunto, mas mantenho

que está alterando o Estatuto, isso você não colocou em votação, já partiu para a deliberação direto, agora teríamos que verificar se está ferindo ou não o Estatuto, é minha opinião.

Presidente - Mostrando para vocês o Estatuto.

Bem, da composição e representação dos segmentos sociedade civil, o inciso 3, 7 usuários das águas das entidades associativas, colocando os setores, e o item D os que participam, e não tem mais nenhuma indicação, o que está no Estatuto, na deliberação, não contraria o que está exposto no Estatuto no inciso 3 porque são 7 usuários de água, estamos colocando lá uma distribuição das vagas entre esses setores de abastecimento público, junto com duas vagas na geração de energia e o setor industrial junto com o comercial e serviços 3 vagas, claramente um setor uma vaga. (áudio falhando) está simplesmente separando o setor que representa os usuários das águas para conferir melhor representatividade e não há qualquer

discrepância em relação ao Estatuto, e também no item D, faltava desenvolvimento urbano, e aquilo que foi discriminado com as entidades que trabalham com o desenvolvimento urbano, e podemos citar dizendo as que não são Sindicatos promotores de construção civil ou ligados ao mercado imobiliário, então duas vagas com entidades que trabalham com desenvolvimento urbano de forma geral, habitação, questões, por exemplo, (áudio falhando). Claro a todos?

Pelo chat

Luciana

concordo

Roberto Teruo Ohmori

Na minha interpretação, são 7 vagas e 7 setores, então, pode ser entendido como 1 vaga para cada setor.

Cristiane Cortez

Claríssimo!!

Duailibi

SIM. A favor das alterações na deliberação.

Cristiane Cortez

Eu voto sim, pela aprovação da Deliberação nº 103/2020

Laura - CIESP Oeste - SIM, CONTRÁRIO A PROPOSTA

CIESP Diadema - Dario

Dario Sanchez - CIESP Diadema = contrário a proposta

Helio Cesar Suleiman

perfeito Luiz Fernando

JAQUELINE APARECIDA FERNANDEZ

concordo

Melissa Graciosa

perfeito.

Presidente- Como o Roberto colocou no chat, sete vagas sete setores, pode ser entendido uma vaga por cada setor. Exatamente isso, ali simplesmente é a distribuição para dar melhor equilíbrio nessa distribuição para cada um dos setores.

Colocando em votação a deliberação com as alterações assinaladas em amarelo com a distribuição das vagas dos usuários das águas e a discriminação de participação das entidades ligadas ao desenvolvimento urbano, no item adiante. Em votação.

Maria Emília - A Laura e o Luiz Fernando pediram a palavra, não está vendo?

Presidente - Não.

Secretário- Primeiro, quero colocar a seguinte, a situação como consta no Estatuto que diz que 18 membros são da sociedade civil, conforme as categorias aí definidas, no meu entendimento não fere o que está na lei 7633, muito pelo contrário, segue exatamente, e define quais são as categorias, o que o comitê define e como fica a sua representação por categoria, e no caso específico está sendo colocado e analisado, está descrito 7 membros para usuários de águas e específica quais são, entendo que qualquer detalhamento que seja feito nesse sentido, nesse item, não vai constar no estatuto, é nada mais nada menos do que um detalhamento estabelecido pela própria sociedade civil na sua forma de representação, então no meu entendimento o fato de pegar os 7 usuários definindo quantos são para abastecimento, uma

comercial, industrial, e energia, isso é uma questão interna do segmento da sociedade civil, no meu entendimento isso não tem nada a ver com o estatuto do comitê, o estatuto do comitê é claro, 7 usuários da água, e como esses usuários vão se distribuir dentro do segmento é uma questão interna da sociedade civil, então eu como Secretário-executivo e representante do Estado, proponho para os integrantes do segmento Estado, nesse item específico pratiquemos a abstenção, é essa a minha posição.

Presidente - Obrigado Luiz, a palavra com a Laura.

Laura S. N. Perez – SIMA - Bom dia, me surgiu uma dúvida agora, se fala que os usuários de água são representados por entidades, qual a necessidade de agrupar esses usuários em três categorias? Eu deixo de ter 7 usuários e vou ter dois na primeira categoria de determinado segmento e não em outro, não vou atender a todos usuários.

Concordo com o Carneseca que é um problema exclusivo da sociedade civil, que tem que se entender e entrar em um acordo, que não diz respeito ao comitê como um todo, nessa condição de trazer para cá, é muito, vamos dizer, é muito abusada inclusive em termos de tempo.

Presidente - Ok, Laura, só esclarecendo, caso, está no regulamento, voltando na deliberação, item 1.3 caso não sejam preenchidas as vagas de um determinado setor outro setor poderá preencher. Feitos esses esclarecimentos, Virgílio ainda, por favor, você é o último definitivamente.

Virgílio-(Microfone com falhas constantes dificultando apanhamento taquigráfico) Concordo em partes com o Carneseca que definir as vagas do segmento será tirado no segmento e não no comitê, o comitê depois referenda aquilo que o segmento aprovou no dia da reunião, está cumprindo o que a lei e o Estatuto mandam, está certo? Fosse assim já temos

quantas entidades cadastradas? Cada uma tem que garantir, não, é para representar o segmento.

Larissa - Fiquei com dúvida, a Laura votou, CIESP-Oeste, mas ela não é membro da plenária, a indicação é do Silvio Aparecido e do Rodrigo Jorge.

Presidente - Laura?

Laura - CIESP-Oeste - Estou representando o Silvio o nosso diretor.

Larissa- Ok então, obrigada.

Virgílio - Essa pessoa não pode representar a diretoria ela tem que ser indicada anteriormente para representar no comitê.

Presidente - Exatamente, lembrando, nesse sentido fazemos uma consideração para todos, as representações são de entidades, mas com pessoas físicas indicadas por essas entidades, e caso a entidade não tenha enviado, pode ser por e-mail e qualquer outra situação, enviando manifestação antes da

plenária, e esse antes pode ser até 30 minutos, fica difícil assimilar uma indicação direta, é uma norma inclusive estatutária, em que podem ser alteradas as indicações desde que como manifestação por parte da entidade previamente a reunião. Pode ser do início da reunião sem problema nenhum, mas é necessário que seja feito.

Virgílio-Esclarecendo, quando a sociedade civil indica os seus representantes isso é confirmado por resolução, não pode ser em qualquer hora outro.

Presidente - Por deliberação, quem indica as entidades e depois para composição do plenário, as entidades enviam para Secretaria executiva que registra o nome das pessoas, seus contatos e etc. e tal, colocado no nosso site inclusive com a entidade a qual ela pertence.

Bom, para evitar qualquer situação vou pedir para a Larissa fazer o chamamento dos representantes aqui presentes para o voto sobre essa deliberação. E

votação na forma como foi apresentada para a plenária. Os favoráveis se manifestem com sim e os contrários como não e as abstenções.

Larissa-Certo, peço desculpas no que falei, que a quantidade de votos não estava condizente com os representantes de membros para votar, então acho melhor falar pessoa por pessoa para não ter nenhum erro na votação.

Larissa - Laura Stella.

Laura Stella - Abstenção.

Larissa - Luiz Fernando.

Luiz Fernando - Abstenção

Larissa-Helio Rubens.

Helio Rubens- Abstenção.

Larissa - Maria Emília.

Maria Emília - Abstenção.

Larissa- Josenei.

Josenei Gabriel Cara - Abstenção.

Larissa - Roberto Teruo.

Roberto - Abstenção.

Larissa - Sérgio Luiz.

Sérgio Luiz- Abstenção.

Larissa - Monica Therezinha.

Monica Therezinha- Abstenção.

Larissa e Gerson Salviano

Gerson Salviano- Abstenção.

Larissa - Augusto Olavo Leite.

Augusto Olavo Leite - Abstenção.

Larissa-Marcelo Rodrigues da Mota.

Marcelo - Abstenção.

Larissa-José Rafael Pinheiro.

Participante - (não se identificou ao fazer uso da palavra)-

Não está.

Larissa-Adolfo José Ribeiro.

Adolfo - Abstenção.

Larissa - Daniel Teixeira de Lima.

Daniel Teixeira - Abstenção.

Larissa-Solange Wu.

Solange - Abstenção.

Larissa-Luciana Travassos.

Luciana - A favor.

Larissa - Jaqueline.

Jaqueline - Sim, no chat.

Larissa- Dario Sanchez.

Dario Sanchez - Não, contrário.

Larissa - Ricardo de Aguiar Quadros.

Ricardo - Contrário.

Presidente - O som está baixo.

Larissa - Marcos Antônio Cordeiro.

Marcos - Contrário

Larissa - Amauri.

Amauri - Sim.

Larissa- Marcelo Rodrigues Sampaio.

Marcelo - Contrário.

Larissa (inaudível)

Participante - A favor, sim.

Larissa-Dimitri. Pode ser o Virgílio também.

Virgílio - Sim.

Larissa - Por fim Mary Dias.

Mary - Sim.

Larissa - Pelas minhas contas tivemos 6 votos a favor e 4 contrários, e 14 abstenções.

Cristiane Cortez - Cristiane não fui chamada para a votação.

Vanessa - Sinduscon também não.

Larissa-Deixa eu ver, você é titular Cristiane, desculpe.

Cristiane Cortez - Sim.

Vanessa - Sinduscon - Não.

Presidente - No chat tem a Mary.

Larissa - Já contei.

7 votos a favor e 5 contrários.

Presidente - Aprovada a deliberação 103.

Passamos para a deliberação 104, recursos FEHIDRO
segunda chamada.

Camila C. Arantes - UFABC - Boa tarde já a todos e todas.

Presidente - Pessoal, por favor, fechar o microfone.

Camila- Vou fazer uma apresentação rápida para
contextualizar o que ocorreu entre o envio da
minuta da deliberação 104 até essa plenária de

hoje passando rapidamente para todos entenderem como foi feita a avaliação dos projetos.

Seguimos o mesmo rito da primeira chamada, de maneira integrada com a FABHAT que fez a análise preliminar e distribuímos os projetos dentro das CTs, e a partir da manifestação dos representantes das CTs tentando cumprir algumas premissas, mas nem sempre foi possível e ressalto que precisamos de mais membros nas CTs analisando os projetos. A FABHAT enviou a planilha com os pontos observados para os analistas, que se reuniram fazendo a análise levando o resultado para reunião das CTs também junto com a FABHAT.

Sempre que possível solicitamos complementações para os proponentes tomadores para não inviabilizar os projetos já de cara, e quando tivemos situações, como fazer algum ajuste no projeto, ou solicitar complementação, fizemos, e depois tivemos outra reunião para analisar as complementações.

As propostas foram protocolizadas, com seis reuniões conjuntas e a FABHAT, dos membros das CTs 20 foram analistas, comparado com a primeira chamada mais uniforme, sendo 40% representando o Estado, 35% municípios e 25% sociedade civil. Recebemos 19 propostas na segunda chamada, somando próximo a R\$ 48.3 milhões e tivemos 10 propostas habilitadas. Vou explicar para vocês o cenário, o que muda. 9 inabilitados (leitura dos inabilitados e habilitados) a versão da deliberação recebida contempla esse cenário dos projetos indicados, mas isso tudo aconteceu até a etapa 11, e entre as divulgações até a plenária, a FABHAT solicita documentação final para os proponentes, conforme consta nos Anexos do Manual, quando estabelece que tem que ter prazo de validade até 3 dias antes da plenária ou até sexta-feira da semana que passou, para receber a documentação, mas 3 deles não conseguiram entregar documentação na íntegra. O Instituto OIA, cumprindo anexo 5 MPO entregando certificado de regularidade cadastral,

válida na data protocolada no comitê ou até três dias antes da plenária, e fizemos o possível, se fosse até na véspera da plenária tudo bem, mas não conseguiram entregar, então não pode ser indicado nesse momento para não descobrir o MPO, e o mesmo para a Secretaria do Verde e meio ambiente, eles conseguiram pela manhã, mas mesmo assim faltou a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e o mesmo com a Prefeitura Municipal de Mauá, em dois documentos, para eles poderem celebrar o convênio.

Temos um novo cenário, dos 19 foram 10 habilitados, 3 não podem ser indicados no momento, não estão cumprindo o MPO. Conseguimos indicar para segunda chamada 7, que seria o outro cenário, retirando os 3 que não conseguiram, reduzindo o nosso valor para R\$ 30.8 milhões.

E aí temos a questão que na deliberação da primeira chamada chegaram alguns empreendimentos que não beneficiam as áreas dos

Mananciais, não sendo indicados, porque se fosse, naquele momento, estaríamos descumprindo o Artigo 3o. das disposições transitórias da lei estadual 12183, quem estava na reunião se lembra, os empreendimentos estavam indicados com essa condição e na segunda chamada tivesse empreendimentos beneficiando as áreas de Mananciais no mesmo valor, e a deliberação coloca que se o valor não for suficiente, seria feita a hierarquização, nesses números aqui pela ordem. Efetivamente temos hoje R\$ 30.8 milhões na segunda chamada e o restante da primeira chamada de 37, com diferença de aproximadamente R\$ 6 milhões, e a diferença anteriormente já inviabilizada o empreendimento de Ferraz de Vasconcelos, e na minuta indicávamos 4, o 5º. não, dos R\$ 33 milhões contando com aqueles3, não permitia esse ser indicado, o 29o. e no cenário agora também não conseguimos indicar o 28o., então a plenária tem que discutir como fechar a deliberação.

Cenário 1: indicar projeto número 28 com valor FEHIDRO reduzido agora, para ser indicado agora na deliberação para não descumprir aquele o Artigo 3o. e eventualmente poderia constar que o projeto 29o. de Ferraz de Vasconcelos, até pode ser indicado, porque o prazo final vai até 30 de novembro, para serem cadastrados no sistema, exatamente, poderia ser até o final de outubro o que figura em questão surgida durante a reunião conjunta das CTs, mas mesmo assim vai sobrar recurso e, se não seria possível pensar em um projeto com uma força-tarefa do comitê não precisando passar pelo rito da deliberação, hierarquização, permitindo a indicação do 29o.

Cenário 2: Indicar agora na deliberação 25, 26, 27, e 28 e 29 aguardam até o final de novembro, se até lá viabilizar outro projeto beneficiando áreas de mananciais, a partir de uma força-tarefa, o 29 pode ser indicado e eventualmente o 28 pode ser no valor integral (microfone falhando). Lembrando

que também temos 3 projetos habilitados, que hoje não podem ser indicados por conta da pendência documental.

Então não conseguimos trazer a deliberação fechada tendo em vista isso.

Trouxe os cenários que não são precisos porque podemos justamente definir.

No cenário 1 reduzimos o valor do projeto 28 do DAEE, com residual aproximadamente de R\$ 24 milhões ainda, que a cada dia foi aumentando na medida em que não entregaram a documentação, hoje R\$ 24.3.

Cenário 2: indicação dos 3 primeiros que ficaram da primeira chamada, somente da cobrança, R\$ 33.6 milhões e já com uma condição que o projeto 28, pelo menos R\$ 12 milhões seriam indicados até o

final de novembro, a intenção aqui não é não indicar, é deixar esperando para avaliar o final de novembro se é possível indicar na íntegra ou indicar com valor reduzido.

Perdão,achei que estava compartilhando a tela, desculpe.

Em vermelho, os pontos que teremos que alterar agora, considerando a versão que receberam quando chegou o convite para a plenária. Os Considerando, se depois tiverem alguma consideração colocamos, não precisamos passar tudo, aqui depois teremos que voltar para ver como fazemos para declarar 10 empreendimentos habilitados, mas 3 habilitados não passíveis de indicação, depois podemos discutir a sugestão e os 10 indicados, mas não hierarquizados, coloquei o número pela ordem de hierarquização e depois podemos discutir e no ponto principal nessa nova

versão não constam os 3 com a alteração dos valores, e precisamos decidir o que vamos fazer com esses quatro aqui, na versão seriam indicados e agora não é mais possível o 28 por conta da impossibilidade de indicar os outros 3, Então temos que discutir essa situação reajustando os valores.

Presidente - Está aberto para os esclarecimentos.

Gerson Salviano IPT - Boa tarde a todos. Primeiro parabenizando todos na CT com o trabalho intenso, e deixar claro que o IPT colaborou com o projeto da PMSP, ontem fui procurado e comentaram sobre a documentação que faltava, deve ser trabalhista, não entendo muito bem dessa questão, é um processo em andamento, como fica, não deu positivo, está em andamento. Se vamos fazer alteração dos projetos a abertura é que de repente poderiam recorrer. Como fica?

Secretário- Agora boa tarde. Pessoal, contribuindo com a discussão para uma tomada da decisão, primeiro

lógico, elogiando todo o trabalho das Câmaras técnicas nesse período, no ano, um ano exaustivo, temos que pensar o assunto do ponto de vista muito mais produtivo, do que dos resultados.

No ano tínhamos cerca de R\$ 35 milhões da cobrança para serem destinados e fechando a deliberação de R\$ 115 a 120 milhões indicados, é um resultado positivo para o comitê no trabalho que foi desenvolvido, infelizmente ainda com inabilitação muito grande, pelas propostas, e acho que precisamos ter uma visão sobre isso, como poderemos melhorar ou orientar o proponente evitando isso no futuro. É preocupante a situação que a Camila acabou de nos mostrar, chegando às vésperas da reunião percebemos que 3 entidades poderiam se beneficiar, sendo excluídas por falta de documentação, documento administrativo. Não podemos deixar de olhar porque é a regra do processo, do FEHIDRO, podemos talvez alegar que o COFEHIDRO esteja colocando regras excessivas

para o Comitê e suas Câmaras técnicas em atribuições que deveriam ser do Agente técnico e do Financeiro, e nós ficamos assumindo isso por conta de uma regra, é uma questão para reflexão.

Das propostas colocadas, coloquei o assunto para o pessoal envolvido nos trabalhos e com as propostas do DAEE, e a proposta é no sentido de facilitar a tomada de decisão de vocês, diminuindo o valor FEHIDRO aumentando o valor de contrapartida do DAEE no projeto, e com isso seria indicado agora, tendo saldo a mais de R\$ 2 milhões para o projeto de novembro utilizar, a proposta DAEE é pelo cenário 1, reduzindo o valor a ser financiado aumentando a contrapartida, mantendo o valor total do empreendimento. Obrigado.

Pelo Chat

Luciana UFABC

nossa, não sabia disso!

Helio Cesar Suleiman

Luciana, o cenário é ainda pior do que esse que o Amauri pontuou.....feio a coisa

Luciana

é possível fazer essa destinação? Sou totalmente favorável!

Helio Cesar Suleiman

sim.....

Miriam Duailibi

Também sou a favor.

Camila Arantes

Só lembrando que nas câmaras não discutimos especificamente a proposta de fiscalização, mas foi

sugerido que se pensasse em algum projeto que o comitê pudesse submeter para não perder o saldo remanescente.

Luciana

Sim, acho que é por aí

Miriam Duailibi

Perfeito Amaury. Fundamental ter um Plano de Educação Ambiental para a Bacia do Alto Tietê.

Amauri Pollachi

Vamos colocar a proposta preliminar de fiscalização integrada aqui

Presidente-Obrigado pelos comentários. Queria esclarecer que a Camila mostrou quanto temos de saldo remanescente hoje, considerando os 3

empreendimentos, se fosse no cenário 2 seriam R\$ 36.7 milhões e no outro R\$ 24 milhões.

Propondo o encaminhamento, porque de toda a forma temos saldo remanescente. O que fazer com esse saldo? R\$ 36 ou 24 milhões, ficando com esse cenário até o final do ano infelizmente em função da malfadada PL os recursos serão, digamos, sequestrados pelo Tesouro do Estado. Temos discussões, podemos levar para o Ministério Público, etc., mas é um fato que não teríamos disponibilidade imediata de aplicação para o próximo ano, por exemplo, mesmo questionando juridicamente.

A proposta é utilizarmos integralmente esse saldo, mas, obviamente em pouco mais de 30 dias não temos tempo para abrir nova seleção, a proposta que discutimos na Diretoria, e também com algumas Câmaras técnicas, também no ambiente do Estado,

é fazer a indicação direta do Comitê para implementação total da Fiscalização Integrada nas áreas de Mananciais, vocês sabem que essa proposta é um sonho discutido inúmeras vezes, pautando inúmeras vezes, algo imaginado há mais de 10 anos, implantando na íntegra a Fiscalização Integrada com a participação dos Municípios e órgãos do estado e acompanhamento pela sociedade civil, de forma global.

Conversando com a Secretaria executiva e a Secretaria de Meio Ambiente, em conversa rápida, ontem à noite passamos a apresentação de projeto FEHIDRO que podemos discutir e submeter para aprovação do plenário em novembro abrangendo aproximadamente R\$ 14.7 milhões, conferindo todos os itens necessários para a implementação da fiscalização integrada de todas as áreas de Mananciais e as que foram objeto de regulamentação, Alto Tietê Cabeceiras e Juqueri, e no Guarapiranga, também para a Operação

Defesa das águas do município de São Paulo e da área da Billings, que ainda não tem normativa. Claro que a proposta teria que ser objeto de avaliação nas Câmaras técnicas, e já conversamos com alguns Coordenadores, para ser aperfeiçoada, já de pronto vejo que falta um item superimportante, o da formação de pessoas para atuar nessa fiscalização, como o processo de capacitação, atualmente as prefeituras cuidam desse processo.

Então proponho como encaminhamento ao plenário trabalharmos para não perdermos nesse momento a dimensão do projeto 28º, como está na tela, mantendo como está, deliberando até o final de novembro, em princípio, mantendo esse empreendimento no formato original e, se conseguirmos implementar o empreendimento da Fiscalização Integrada completa, certamente iríamos utilizar os recursos, e além desse empreendimento também encaixando como

demanda para FABHAT a contratação de um Plano diretor de educação ambiental do Comitê, é uma demanda que temos hoje e não conseguimos tocar nenhum projeto de educação ambiental, e a Câmara técnica de educação ambiental já está mobilizada para elaborar um Termo de Referência para a indicação desse plano diretor.

Os R\$ 36.7 milhões, na tela, sobrando, com a indicação do 28º empreendimento, o DAEE e Ferraz de Vasconcelos mais a Fiscalização Integrada e o Plano diretor de educação ambiental para a bacia do Alto Tietê, praticamente exaurindo totalmente esse valor, ou seja, aprovando a deliberação com as alterações propostas pela Camila na apresentação no Cenário 2.

Estão faltando duas coisas, na deliberação ficar explícito que os empreendimentos vigésimo oitavo e vigésimo nono ficariam, digamos, em espera até 30

de novembro, dependendo dessa proposta da Fiscalização Integrada e da educação ambiental, e também abrindo a possibilidade na deliberação para os três empreendimentos que não conseguiram a documentação, com prazo até dia 20 de novembro para apresentar a documentação e se conseguirem entram realizando um ajuste na redução do valor no empreendimento DAEE, ou seja, agora a ideia não fechar nenhuma possibilidade para exaurir totalmente esse valor R\$ 36.7 milhões.

Vergílio- Imaginem o trabalho que tiveram as Câmaras técnicas para chegar nessa apresentação. Ainda assim precisamos ter cuidado que estamos no uso de recursos públicos, não pode fugir a legalidade.

Qualquer proposta que não contemple os documentos, não pode ser aprovada.

Outra coisa, até quero agradecer, os Mananciais estão aí a Deus dará, outro dia chorei, pelo que vi

na Billings, com invasão, inclusive dentro da área da EMAE, nós comunicamos, mas para nada, enviei outro dia para ouvidorias EMAE e SIMA, então é necessário fazer esse esforço (inaudível) com um trabalho de educação ambiental que também é necessário.

Então até esse valor, me parece, os R\$ 14 milhões, talvez pudessem ser ampliados, o projeto que não puder ser aprovado por questão de documentos, que o dinheiro venha para a Fiscalização Integrada, para podermos ver se salvamos ainda o que resta dos Mananciais da região metropolitana de São Paulo.

Então primeiro, o projeto não contemplado com a documentação máxima necessária, é ruim para o comitê aprovar um negócio desses e, com recursos máximos para a Fiscalização Integrada na defesa dos Mananciais com a educação ambiental.

Hélio - FABHAT- Duas sugestões, primeiro a proposta da SIMA está colocada no chat, o Sérgio está na reunião e pode dar mais detalhes, e a proposta da Educação Ambiental, não conversamos ontem, me perdoem colocar agora, mas o Plano de educação ambiental está contemplado no meu plano de trabalho da atividade da Agência no item 3.2 das ações da Secretaria executiva, propondo contratar uma assessoria, elaborando o Termo de referência para entrar com a proposta, não sei como ficaria. Talvez tenhamos esquecido algum detalhe do que foi aprovado na reunião do Conselho com o Plano de trabalho, mas já está proposta como nossa ação, não para a execução, mas na construção do plano.

Presidente - Perfeito Nós aprovamos na Agência o Plano de comunicação e agora estamos propondo o Plano diretor de educação ambiental, como demanda que já havia na CTEA, por um lado agilizamos

buscando viabilizar com recursos desse ano para não deixar nenhuma sobra em caixa.

Miriam D.- Discordo um pouco, Hélio se me permitir, o plano de comunicação da FABHAT, estou participando tentando ajudar, é muito importante, dialoga muito com a questão da educação ambiental, mas não é um plano de educação ambiental para toda a bacia, é diferente, é questão de formar círculos de aprendizagem em toda a bacia. Veja, temos um pouco de educação ambiental junto às obras, aqui e acolá, mas isso não forma o corpo de conscientização e ações que precisamos na bacia, então a proposta colocada pelo Amaury de utilizar parte dos recursos é para construir esse plano para toda a bacia com os diferentes segmentos, do público, pessoas que vivem em áreas de Mananciais, em beira de córregos, cursos d'água, etc., até as pessoas que são lideranças, os que podem participar do comitê, etc., é fundamental, então o Plano de comunicação esse Plano diretor,

conversariam muito bem e são fundamentais se complementam.

Presidente - Perfeito.

Virgílio- também temos os estudos necessários e previstos em lei, por exemplo, na Billings que trata da transparência de informações com relatórios anuais sobre a qualidade ambiental do reservatório com especificações sobre a condição das águas, o ecossistema, qualidade das águas e capacidade do reservatório.

Proponho, no que possível, reservar recursos para FABHAT contratar equipe técnica elaborando esses estudos, são necessários e fundamentais, que antecede a aprovação do Plano de bacia, precisa dos estudos e nunca foi feito, é uma pendência, jurídica inclusive. A Agência deve buscar recursos também do FEHIDRO, que ela está devendo.

Presidente - Lembrando que no Plano de trabalho do ano que vem já estamos propondo, ela inicia as funções de Agente técnico, certamente irá atender.

Solange Wuo - Boa tarde a todos. Ficamos felizes com a notícia do plano incluído pela FABHAT como o Hélio tinha se comprometido, mas ontem com os membros da Câmara técnica e a preocupação com educação ambiental, que tem sentido muita dificuldade dentro do comitê, observando que a maioria dos representantes na Câmara tem essa expertise, passamos o que foi feito pela FABHAT e discutimos internamente com os membros e a Miriam fez a representação acho que uníssona da nossa Câmara técnica de educação ambiental, representado na fala dela coloca os demais membros que se manifestaram, nós fizemos uma articulação e concordamos com essa questão da contratação, estamos super mobilizados junto com a CEA, entre outros, e com a Miriam, para nesse

prazo fazer o Termo de referência necessário como colocado na proposta.

Presidente - Está havendo um problema que o pessoal não está conseguindo baixar o arquivo da fiscalização integrada, é algo ainda muito cru, mas vamos colocar à disposição e as Câmaras técnicas ainda vão debater.

Dimitri - Se eu entendi é para uma força-tarefa trabalhar em cima desse projeto da fiscalização integrada, agora, queria lembrar que temos nove projetos não habilitados, e também poderíamos ter essa força tarefa, de forma proativa pela Câmara técnica, buscando contribuir para a adequação habilitando esses projetos, e aí com prioridade principalmente nos que estão relacionados aos mananciais, desses não sei quais são.

Presidente - Todos eram mananciais.

Dimitri - (microfone falhando) o que o Virgílio colocou somos reincidentes e precisamos cumprir isso, via

FABHAT ou com recursos Fehidro, mas isso tem que sair do papel e da gaveta. Diria mais, por isso estamos pensando no projeto da fiscalização integrada, para não ter recurso devolvido para o tesouro estadual, mas também entendo que deva ser causa, para que o recurso para fiscalização integrada, seja otimizado, normalmente contemplado no orçamento estadual, se não for criado que se crie, se existiu e foi anulado que crie o elemento orçamentário com título fiscalização integrada nas APRMs.

Sergio Marçon - SIMA/CFB - Boa tarde a todos. Agradeço as palavras de todos sobre o projeto fiscalização integrada, que já estamos trabalhando há algum tempo, em um documento simples que apresentamos como resumo do que entendemos ser necessário para um projeto robusto, é um sonho, como bem disse o Amauri, estruturando definitivamente um grupo de fiscalização integrada,

com as prefeituras e órgãos de Estado, em ações conjuntas para todo o território e APRMs, frente às demandas de desmatamento, ocupação irregular, que estão se agravando, quando conseguimos ver visitando as áreas de represas e mesmo vendo pela televisão e sites.

Estamos trabalhando na especificação com detalhamentos há algum tempo, com a ideia de termos serviços e equipamentos preenchendo todas as lacunas, em que historicamente observamos déficit, e os órgãos acabam clamando pelo apoio mais massivo. As propostas são frutos da nossa experiência do dia a dia da fiscalização e com ideias de outros atores, prefeituras e estado, polícia militar ambiental e a própria CETESB. Esperamos ter sucesso não só na aprovação como na implementação, para acontecer rapidamente, porque os programas estão hoje e vão continuar e torcemos para serem aprovados, rapidamente implementado. Obrigado pelo espaço.

Presidente - Obrigado, muito bom o comprometimento.

Submetendo então para votação. Mostrando a deliberação com as alterações produzidas, temos o cenário 1 e o 2, entendo que a votação no cenário 1 com o empreendimento do DAEE para ser aprovado hoje, ajustando o valor e no cenário 2 deixar esse empreendimento como está para eventualmente alterar seu valor, no que for necessário, ele é um fusível, para poder zerar o caixa diante do saldo que temos, ou seja, se precisarmos reduzir o seu valor e se fizermos a deliberação hoje pelo cenário 1 reduzindo agora, pode ser que vamos tirar dele mais ou menos e ficar com dinheiro sobrando. Enfim, o melhor seria deixar esse empreendimento como o nosso fusível, para ajustar essa intenção de zerar o caixa dia 30 de novembro. Ficamos com o compromisso de até o dia 20 de novembro, como acabou de explicitar o Sérgio, e que vai entregar um melhor detalhamento nos próximos dias, e as Câmaras técnicas vão se reunir para discutir e aprimorar. Vamos preparar a

documentação convocando a próxima plenária por volta do dia 20, para acontecer no dia 30 como prazo limite, deixando tudo pronto, e no dia 20 tomamos a decisão quanto reduz do DAEE, e até mesmo pode não reduzir nada, por exemplo, se Mauá, OIA ou a PMSP entregar seus documentos, porque assim ficamos como está pronto.

Secretário- Reiterando que a posição do DAEE é pelo cenário 1 para redução do valor e não estamos alterando o total do empreendimento, apenas aumentando a contrapartida, como nossa proposta.

Presidente - Temos o cenário 1 e 2 e as alterações da deliberação colocadas, mantendo os três empreendimentos que não entregaram documentos, com condições de entregar até dia 20, quando devemos fechar a deliberação inclusive da fiscalização integrada.

Virgílio- Fiz a sugestão, se aceitam, aportando recursos (microfone falhando) para no ano que vem não ser mais anomalia no sistema, a Agência contratar técnicos para o estudo, entendo que é possível, até porque são legais.

Proponho que também seja (microfone falhando).

Presidente - Concordo que é importante, mas nesse momento não temos condições de elaborar qualquer coisa, com os prazos tão curtos que temos. É uma demanda, registrada, que certamente no próximo ano vamos ter espaço para colocar.

Nesse momento estamos em votação.

Dimitri - Eu fiz uma proposta e você não apresentou o ponto que estamos propondo, a fiscalização integrada que a força-tarefa trabalhe nos projetos não habilitados.

Presidente - Dimitri, agora estamos na votação da deliberação.

Camila - Essa proposta fere a deliberação 101.

Presidente - Expondo na tela a deliberação com as alterações.

Gerson S. – IPT - Questão de ordem, esclarecimento tanto no cenário 1 como no 2 mantem os três empreendimentos.

Presidente - Os três que não conseguiram entregar a documentação permanecem temporariamente até o dia 20 de novembro, caso não consigam entregar a documentação estarão eliminados, por isso que aquele valor do DAEE é importante, se forem habilitados ok, se não forem talvez vamos precisar utilizar os recursos do DAEE.

Camila - Dentro dessa fala do Gerson, então teremos uma ordem de prioridade para os recursos, primeiro para os projetos a serem criados de fiscalização integrada, depois os três já habilitados se entregarem a documentação, e depois o DAEE?

Presidente- Não, os três empreendimentos que não entregaram a documentação iriam ser aprovados hoje, aprovados viabilizam o DAEE, então vale a mesma lógica, fiscalização integrada e mesmo a educação ambiental se encaixam no saldo, e a questão do ajuste, quer dizer, aumentar a contrapartida do DAEE para reduzir o valor é um ajuste para zerarmos ele entendeu?

Camila - Entendi agora.

Presidente - Esse é o sentido, ninguém está excluído, mas em termos de prioridade seriam, tanto que a proposta inicial da fiscalização integrada foi concebida sem essa informação. Considerando os três classificados.

Fizemos para caber tudo e não ficar ninguém de fora nesse momento.

Luciana - Estou entendendo o seguinte, o DAEE acabou de fazer uma proposta que aumentam a contrapartida portanto vão diminuir o valor financiado. Nesse

caso, como fica a nossa votação nesses dois cenários, é uma pergunta, e se o DAEE tem possibilidade de aumentar a contrapartida, nos dois cenários, e no caso dos 3 empreendimentos do edital serem aprovados, também seria possível Ferraz de Vasconcelos ser contemplado?

Camila- Isso que foi colocado, realmente vai ser criado *imbroglio*, e vamos ter que deixar muito claro. Vocês estão vendo a tela que estou compartilhando? Para Ferraz entrar teria que ter esse compromisso do DAEE para reduzir o que for preciso, e não sei como vamos escrever isso na deliberação, porque pela sequência, como foi escrita a deliberação 101 entraria o DAEE e Ferraz ficaria fora, a não ser que ele faça a concessão. Sinceramente não sei como fazer. Não tem como garantir Ferraz não, não sei se alguém vê de maneira diferente. A única certeza é que o DAEE vai ser indicado com 12.13.

Luciana - A grande pergunta é se vamos votar o cenário 1, ou qualquer coisa, já com compromisso do DAEE

porque ele já se colocou que vai aumentar a contrapartida, ou ele só vai aumentar a contrapartida no caso dos outros 3 não apresentarem a documentação, ou seja, o aumento da contrapartida está vinculado com os outros 3 apresentar ou não, de qualquer jeito vão aumentar a contrapartida e vai sobrar um pouco mais de dinheiro e Ferraz pode entrar.

Camila - Essa é uma concessão do DAEE.

Luciana - Deveria responder para nós.

Presidente - Fica a dúvida qual seria o valor da redução, seria com os 3 ou sem, e não temos a informação agora.

Laura S. - (microfone falhando) Precisa ficar claro antes do dia 20 a situação dos 3 projetos que estão sem a documentação, teríamos que ter um prazo muito antes para definir qual é o recurso disponível. A dependência dos projetos colocados em 28 e 29, DAEE e Ferraz de Vasconcelos, estão dependendo

de quanto vai ser utilizado do saldo dos recursos em área de Mananciais, e aí os outros podem ser aprovados, então hoje o problema é se os três projetos vão passar ou não, porque se não passar o saldo ainda aumenta e vamos precisar adequar aos novos projetos da fiscalização integrada e a educação ambiental como o saldo remanescente para não sobrar dada na última hora. Precisamos ter posição dos três anteriormente para tomar qualquer outra decisão em relação aos projetos pendentes. se conseguirmos aprovar os dois na pendência vamos ter que ajustar o saldo para fiscalização integrada e educação ambiental, porque trabalharam com o estado disponível no último quadro sem considerar os três e 28 e 29, e vimos que a secretaria tem necessidade da fiscalização integrada incluindo outros tipos de atividade complementando o projeto e a discussão de até onde vai a fiscalização está muito dependente desse sábado também, então temos que ter uma posição fechada em relação aos três antes de

começar qualquer situação para discussão e aprovação dos projetos dependentes de saldos.

Daniel Teixeira - Vou insistir mais uma vez, o plenário é soberano, todo trabalho das Câmaras técnicas deve ser louvado, mas essa soberania é justamente por sermos tripartite, tendo condições de voto, mesmo para inverter, um projeto em detrimento ao outro. Canso de falar que a planária é soberana, não vejo problema então de fazermos qualquer tipo de alteração incluindo Ferraz nesse caso.

Presidente - São duas propostas, 1- apresentada pela Camila pelo cenário 1 de redução do valor financiado para o DAEE para ajustar ao saldo existente, ou disponível hoje que permite a correlação 50% dos recursos da cobrança para área dos Mananciais e 50% fora, sem considerar os 3 empreendimentos, que daremos um prazo, e a Laura falou do dia 20, podemos dar até dia 17, por exemplo, que é uma terça-feira, verificando se é

possível os tomadores apresentarem sua documentação.

Cenário 1 e 2, no geral podemos encaminhar o texto geral da deliberação aprovado com o cenário 1: alteração do valor do empreendimento do DAEE para ajustar o saldo existente neste momento para esse equilíbrio dos 50% conforme determinado em lei.

Cenário 2: deixar empreendimento para ser executado posteriormente decidindo qual seu valor, para adiante.

Laura - Deixando claro que no cenário 1 estará excluir da demanda total do DAEE e o projeto de Ferraz de Vasconcelos, o 29o.

Presidente - Sim.

Laura-complementando a proposta acho que deveríamos deixar o cenário que não indica nem Ferraz de Vasconcelos e discutimos toda essa questão na próxima deliberação, agora temos que decidir o

que está claro e certo, deixando toda essa segunda situação para a próxima deliberação.

Presidente - Perfeito. Aberta a votação, gostaria que simplesmente colocassem cenário 1 e 2, e poderia ser pelo chat para ser mais rápida a apuração, não necessitando pelo chamamento.

(Nesse momento é realizada a votação pelo chat, cujo registro original se encontra devidamente arquivado pela Secretaria executiva do CBHAT)

Presidente - Repassando o cenário 2 conforme foi apresentado pela Camila.

Camila- Deve ter dado algum problema para compartilhar, só complementando que a proposta 2 não traz nenhuma garantia para Ferraz de Vasconcelos e por seguir a hierarquização traz garantia mínima para o vigésimo oitavo colocado, como está escrito aqui.

Secretário-Exatamente esse é o problema, porque se for maior que 50% tanto nós como Ferraz de Vasconcelos ficaremos de fora.

Presidente - Depois fazemos o ajuste. Vamos acertar.

Secretário- O DAEE não tem garantia nenhuma que vai ter recursos na sequência e por isso preferimos garantir agora.

Maria Emília- Gostaria de alterar meu voto, para o cenário 1.

Hélio - Luciana você tinha votado inicialmente no cenário 2
(inaudível - microfone aberto)

Presidente - Temos algumas alterações de voto no final.

Camila - Vamos mexer ainda na redação da Deliberação?

Presidente - São detalhes, só ajustes.

Camila - A única coisa é que eu tinha explicitado que três empreendimentos foram habilitados e não passíveis de indicação por não atendimento aos Anexos 3 ou 5 MPO, mantém?

Presidente - Mantém, pela possibilidade de atenderem no prazo.

Camila - Precisa de artigo?

Presidente - É.

Larissa- Nas minhas contas 9 votos para o cenário 1 e 8 votos cenário 2 e 1 abstenção, mas acho melhor talvez falar um por um já que está parecido, conferindo todos os votos porque às vezes posso ter errado.

Hélio - FABHAT - Larissa, acompanhei aqui, ao todo temos 20 membros votando.

Larissa - Dos que estavam na reunião sim.

Hélio - 20, então são 12 para o cenário 1, 7 cenário 2 e 1 abstenção. Já fiz a compatibilização, quem mudou de voto.

Larissa - Considerei isso.

Presidente - Então, ainda teremos que fazer ajuste na deliberação porque o valor, não temos aqui, teremos que fazer as contas, terá que apresentar a

documentação, também, com a alteração do valor.

Camila - R\$ 2.195 milhões e eu preciso explicar, sobre a pequena diferença da primeira chamada, ela poderia entrar ou não, R\$ 44 mil a favor do benefício, e os 44.

Presidente- Sim o sentido é maximizar os recursos.

Camila-Tem mais alguma coisa importante para ser discutido agora? Tem que entrar um artigo dizendo dos empreendimentos habilitados e não indicados, como querem fazer?

Presidente - Peço para você fazer os ajustes, junto com a Secretaria executiva com o sentido de maximizar os recursos, nesse momento no que é possível, e aí como ter um certo tempo para encaminhar podemos passar para os membros do plenário, para verificar se tem alteração com ajuste.

Camila - Concordo que seja assim, se todos concordarem é melhor.

Presidente - Porque não precisamos encaminhar para publicação na segunda-feira e dá tempo se precisar de ajuste durante a próxima semana. O importante é que está aprovada a concepção da deliberação em seu conteúdo.

Item 5.3 Deliberação 105 e também pedir juntamente a Deliberação 106.

Luciana- Devido ao adiantado da hora, contando um pouco do histórico, no ano passado quando o GT foi implantado, implantado nesta gestão, tivemos como objetivo, bem ambicioso, analisar todos os PDPA's entregues pela COBRAP, se não me engano em 2017. Notamos que teremos muito mais trabalho do que imaginávamos, e nesse tempo todo conseguimos redigir duas notas técnicas, a primeira sobre PDPA Cabuçu e Tanque Grande e a segunda a do Guaió. É importante dizer que os PDPA's vão subsidiar a construção das Leis Específicas, podem,

e para o Guaió, indicando para serem elaboradas. Porque a nota técnica foi constituída no GT Mananciais, aprovada dentro da Câmara técnica de planejamento, mas ainda subsídios para elaboração da lei específica, não é a lei. E a do Guaió como uma discussão bem intensa, discussão enorme com a permanência ou não da alça do Rodoanel, e pelas últimas informações já foi super difícil conseguir as informações, a informação de que a alça do Rodoanel não está confirmada e, portanto entendemos que não deveria ser considerada dentro do zoneamento, da proposta de mapa do zoneamento.

Presidente - Tudo bem, peço para algumas pessoas, estão com o microfone aberto.

Luciana - Acho que foi colocado na tela o PDPA Guaió, foi coordenado pela Karen, de Ribeirão Pires.

Um minuto, esperem.

Presidente - Explicando que os documentos foram encaminhados para todos vocês, com uma espécie de atualização de dados do PDPA elaborado há 3 anos, de certa forma, colocando algumas informações importantes relativas a qualidade da água, no caso do Guaió, e também ajustando os mapas elaborados pela Cobrape

Debates (falas simultâneas proveniente de microfone aberto dificultando a compreensão)

Luciana- Oi gente, é que não imaginei que iria demorar tanto e combinei para arrumar o meu telhado, mas vamos lá, vamos seguir.

A nota técnica faz pequenas correções das informações da Cobrape, e também proposta, no caso do Guaió, algumas alterações no mapa de zoneamento, especialmente considerando que não teremos mais a alça do Rodoanel. Não vou passar por todos os pontos, precisaríamos de muito tempo, mas entendemos que os ajustes são necessários

para aprovação do PDPA e também conversamos com as prefeituras envolvidas, não acatando exatamente todas as propostas porque optamos por manter uma lógica regional.

E esse é o zoneamento que tinha no caso do Guaió, pela divisão regional como deve ser o zoneamento do PDPA, e realizando alguns ajustes especialmente no Fernandes (microfone falhando), e ARAS, sim especial. Acho que é isso, a Karem não está aqui para complementar.

Presidente - Creio que você abordou bem.

Luciana - Podemos votar esse enquanto converso com a pessoa do telhado.

Presidente - A ideia é aprovar as duas em conjunto.

A nota técnica do Tanque Grande-TG, é muito mais simples no caso do Cabuçu, é uma área, no Parque Estadual Cantareira, está integralmente lá, e no TG há pequenas alterações até para ajustar as áreas de proteção as criadas no município de Guarulhos.

As áreas de proteção estão aí, temos as correções, e seguindo, mas agora está paralisado.

Temos o mapa com o zoneamento proposto e o Cabuçu nessa área escura e o TG ocupação bastante rarefeita basicamente como subárea de ocupação de baixa densidade, (microfone aberto).

É isso, se não existe mais questionamento vamos submeter para votação essa deliberação. Estamos abertos.

Pelo chat

Virgilio

Art. 49. A área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

Parágrafo único. A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana.

Pelo chat

Marcelo Rodrigues da Motta Essas cautelas, então, deveriam também ser colocadas nos PDPA's pois vão gerar Leis Específicas que são o objeto da compatibilização.

Maiara – FABHAT - São as duas Cabuçu e Tanque Grande e esquerda a do Guaió.

Presidente - Estão em votação as duas deliberações 105 e 106, os favoráveis permaneçam como estão, os que discordam se manifestem pelo chat, somente os que discordam, por favor. Ninguém. Os que se abstém.

Larissa - Aprovação sem votos contrários.

Hélio - Sem abstenção.

Presidente-ótimo, que bom que fosse sempre assim, mas nunca é, nem pode ser.

Seguindo, temos agora três deliberações bem simples.

Deliberação 107, Aprova transferência de valores de recursos de custeio da Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tiete (FABHAT) para recursos de investimento do orçamento FEHIDRO 2020 e dá outras providências. O Hélio solicitou a retirada porque aprovava transferência de recursos de custeio do FEHIDRO, para serem aproveitados na reforma mobiliária, e do quadro de funcionários. Como houve atraso da reforma, ficará para o ano que vem poderíamos correr o risco do recurso ser confiscado, achamos por bem deixar de lado e podemos fazer até Ad Referendum em um momento mais apropriado.

Hélio - Perfeito. Era muito arriscado agora transferirmos, são recursos solicitados para adequar as instalações tanto do comitê como da agência, dentro do plano

também temos previsto 6 concursados e do lado esquerdo no oitavo andar abrigando o comitê, com as reuniões presenciais e espaço também de capacitação.

Presidente- Itens 5.6 a 5.8.

Uma observação para a Secretaria executiva que, como foi retirada de pauta renumerar sucessivamente.

Os dois assuntos da compatibilidade poderiam ser tratados em conjunto para deliberarmos.

Luciana - Como vocês se lembram aprovamos na última plenária uma resolução de protocolo como esses projetos devem chegar, com os procedimentos no comitê e na Agência, como queremos receber esse material, só que esses dois processos já tinham chegados anteriormente, entendemos que seria justo serem avaliados da mesma forma que avaliamos os anteriores. As duas deliberações tratam disso com suas diferentes colocações

aprovando a compatibilidade do plano diretor de Suzano e de São Paulo.

O plano diretor de Suzano foi construído à luz da lei específica Tietê Cabeceiras, portanto com grande acordo do ponto de vista de suas áreas, e tudo mais. A nota técnica de Suzano aprova essa compatibilidade com a Lei específica do Tietê Cabeceiras. Os índices avaliados nas notas técnicas estão dentro, até com pequena folga porque os parâmetros são muito iguais do plano diretor de Suzano com a lei específica e, portanto consideramos que estaria aprovada essa nota técnica de compatibilização.

O de São Paulo, a Secretaria de infraestrutura e meio ambiente, nosso Agente técnico entendeu que há compatibilização com as Leis específicas do Juqueri e Billings, mas não tem compatibilidade com a lei específica do Guarapiranga, especialmente os parâmetros da área construída, porque ela está proposta no plano diretor, a que

pode ser edificada, bem maior do que prevista na lei específica Guarapiranga. A nota técnica tem algumas sugestões, e também temos a deliberação como aprovação dessa nota técnica.

Também não achei as notas técnicas aqui.

Larissa - Espere que foi um erro meu.

Luciana- Foi encaminhada pela secretaria de infraestrutura e meio ambiente como documento que estamos aprovando por meio da deliberação

Virgílio- Tenho reiterado, tem uma questão do ponto de vista legal, das unidades de conservação, especialmente as de Proteção Integral quer dizer a Lei nacional declara no Artigo 49 ocupadas (incompreensível microfone falhando, com muitos cortes)

[...] tem que ser exigido dos municípios para conter, compatibilizando o plano diretor sendo que esse plano diretor não está observando a regra nacional do SNUC, e ele não pode ser omitir nessa questão,

então as deliberações que aprovaram essa compatibilidade são deliberações passíveis de serem anuladas.

Então queria saber se dentro do comitê isso foi ou não observado, nessas duas deliberações.

Luciana - Não, não foi observado, trabalhamos com essa da mesma forma das anteriores, de análise da compatibilização, não observamos, por exemplo, nas próximas vamos observar, as informações com compatibilidade por setores. De qualquer forma concordo com você que essas Unidades de conservação.

Se eu te ouvi, seu áudio falhou.

E junto com as zonas tampão tem que ser consideradas nos processos de licenciamento, e não sei se poderíamos dizer o seguinte, também poderiam ser observadas para o licenciamento, embora do ponto de vista da lei específica existe a compatibilidade com o plano diretor quando do

licenciamento deverão ser observadas as outras legislações municipais, estaduais e federais, de impedimento, algo assim, não tenho certeza como entraria na nossa deliberação, mas entendo que quando vamos olhar, nas próximas vezes, com um pouco mais de informação territorial, buscando por setor, algumas dessas questões vão aparecer.

Presidente - Mostrando a tabela em que você falou que os parâmetros estavam fora.

Luciana- É a tabela debaixo essa é a simulação dos parâmetros urbanísticos. Essa é a da APRM Guarapiranga a área construída pelo plano Diretor de São Paulo é 35,5% superior construída Projetada pela Lei específica, e dadas as condições existentes no momento não tem compatibilidade do plano diretor de São Paulo com a Guarapiranga e vai considerar somente na deliberação compatibilidade com a Billings e a Juqueri. Brevemente é isso.

Márcia Nascimento - Boa tarde a todos, muito obrigada.

Gostaria de esclarecer e, como foi colocado na posição do Virgílio e ele disse que tinha conversado comigo, acho que já temos demanda do próprio comitê de encaminhamento da sua avaliação, e ela precisa ser esclarecida melhor para poder entender melhor tanto a metodologia de compatibilização que avalia com base no Plano diretor municipal aprovado pelo município diante de suas prerrogativas legais, encaminhado para o comitê, e recebemos a CPLA, para análise com base nessas informações legitimadas no município. Em relação essa questão tem um ponto de vista que vai ser avaliado pela Câmara técnica de planejamento, acho que o Josué pode dizer que já recebemos essa solicitação sua, e será esclarecida no âmbito do comitê para poder sanar todas as dúvidas. Por fim relativo à compatibilização de São Paulo gostaria de complementar que a manifestação da CPLA, com atribuição de avaliar essa questão pelas leis específicas, tem inclusive a

possibilidade de remanejamento para poder atender no plano diretor de São Paulo as áreas construídas pela lei específica Guarapiranga, ela foi além do que estaria previsto nas atribuições CPLA colaborando com o planejamento e gestão das áreas de Mananciais.

Presidente - Grato.

Solange Wuo - Então, várias questões foram apontadas pelo Virgílio, mas às vezes até fica um pouco confuso quanto às atribuições e competências, concordo que Deva ser observado, porém da elaboração do plano diretor, de Suzano, isso foi super observado, as áreas de parque, Unidades de conservação, temos aqui também APA, um pedaço de serra. Do licenciamento ambiental, nós em Suzano somos licenciadores de baixo Impacto por enquanto, o próprio licenciamento obriga obedecer todas essas legislações, é um complexo. Entendo que a compatibilização do plano diretor com a lei específica, a nossa, está observando a

nossa lei 15903/15, e não abarca tudo, então acho que essa questão está bem observada, mas vejo como ações complementares na hora de executar os trabalhos efetivamente com os licenciamentos observando as legislações, e entendo que a compatibilização não dá, vamos dizer assim, uma carta branca, para tudo que queira fazer, tem que respeitar as áreas demarcadas. Também deixa o nosso agradecimento à CPLA, na Câmara técnica, Luciana, Amauri, em todo esse processo porque assim damos grande avanço porque passamos a exercer a gestão do território e com outras funções que até então estávamos impedidos. Agradeço.

Dimitri - Me lembro que até um período os planos municipais não eram remetidos para apreciação e aprovação dos comitês, e foi uma luta para ocorrer. Agora que estamos trabalhando, eu aqui no MDV, para que os planos estejam em acordo compatibilizados com a lei do SNUC sim, porque como disse hoje no início a água potável está saindo das nossas Unidades de

conservação, e temos que pensar especificamente nessa questão da zona de amortecimento. Quero lembrar, não sei se foi na última reunião 2019 ou a primeira de 2020, na reunião do Pleno falei da necessidade da incorporação da lei do SNUC na apreciação dos planos de diretores. E foi registrado, está em ata. Estamos falando de algo em torno de um ano há 10 meses, e parece que a solicitação não teve sensibilização, pelo menos me passa isso. Agora, entendo que algo deve ser colocado nesse parecer objetivando garantir que a zona de amortecimento não só de Unidades de conservação amortecimento mas também, vou aqui provocar, de área de reservação, estejam indispensavelmente se não consideradas, consideradas nos planos diretores, porque é imperativo, como foi em algum momento lembrado que as dimensões dos lotes estão nos lotes indevidos e lotes de dimensões, principalmente nas áreas de amortecimento, devem ter dimensões maiores para permitir maior índice de permeabilidade

consequentemente índices mais felizes de densidade populacional e da preservação.

Proposta de recomendação (microfone falhando) de compatibilização com a lei do SNUC.

Precisamos incorporar, empoderar, trazendo para a nossa cultura a lei do SNUC, lembro que quando eu entrei no comitê, há quatro anos, apresentaram as leis que norteavam o comitê e uma das que senti falta era da Lei nacional e estadual das mudanças climáticas, e sugeri, foi incorporada e com isso quer dizer que a lei do SNUC também deve ser incorporada nesse rol de leis para nortear nossos trabalhos, reiterando a recomendação para que seja compatibilizada a lei do SNUC nos planos diretores Obrigatoriamente.

Virgílio - Além de reforçar o que falou o Dimitri que a questão do licenciamento, estamos vivendo uma situação gravíssima, a CETESB deu parecer ambiental a um Centro Logístico 100% na zona de

amortecimento do Parque Estadual Serra do Mar. Precisamos ir à justiça para anular. Uma vez que o estado entende que o Plano diretor, no artigo 220 da Constituição, o SNUC é uma das mais perfeitas das leis de Unidade de conservação e os municípios, digo os municípios em regra, na sua maioria, segue os interesses da especulação imobiliária, interesses econômicos, e não dá a mínima para essas regiões, então a expansão urbana dentro de zona de amortecimento de unidade de conservação é ilegalidade nacional, e o município não tem essa competência, ele tem competência para zoneamento local, respeitando as diretrizes nacionais. (Microfone falhando) o Centro logístico está também dentro do parque da Serra de Paranapiacaba, reserva biológica, então é preciso que o Estado observe sim, nos planos diretores que não contemplem a questão não sejam considerados e não só com a lei da Billings como também com a legislação nacional.

Presidente - Então solicito para o MDV redigir a proposta para poder inserir nos procedimentos do que vamos exigir a partir desse momento, e fazemos uma revisão vermelha inclusive na deliberação aprovada na reunião passada, quando definimos os procedimentos e que será objeto de análise dos planos diretores municipais, e vamos inserir para que nos próximos faça essa consideração, então por favor, Virgílio encaminho uma proposta para a Secretaria executiva e vamos inserir uma deliberação com retificação para aquela de julho.

Virgílio - Sugiro fazer conjuntamente, com a SIMA, chegando já com a proposta em consenso.

Presidente - Perfeito. Você encaminha e conversamos no GT Mananciais com participação também da SIMA.

Luciana - Do ponto de vista do conteúdo concordo plenamente...

Debates (falas simultâneas)

nossa gente está muito barulho.

Presidente - Por favor, fechar o microfone.

Luciana - Quem é o taquígrafo? Ah, o Dartan.

Bom, do ponto de vista de conteúdo concordo plenamente com o Virgílio, mas assim, obviamente discutimos bastante sobre a permanência que os condicionantes territoriais também estivessem presentes na nossa análise das notas técnicas nessa compatibilidade dos municípios, planos diretores e as leis específicas, falando agora como representante e não coordenadora do GT, entendi que perdemos essa briga, então gostaria e quem estivesse, ainda que tivesse que trazer novamente essa questão de algumas definições, por exemplo, preservação permanente, zonas de amortecimento das UC, conversando de novo no GT Mananciais e CTPA, garantido no protocolo de observação além das médias, como tem sido feitas essas Notas técnicas, para termos algumas salvaguardas territoriais, APPs, e as que mencionamos, enfim entendo que ainda poderemos avançar nisso

dentro de nossas formas de análise para compatibilidade, e na forma como foram feitas as deliberações essas questões não foram consideradas, porque estamos dentro de uma resolução estabelecendo uma forma específica aprovada por todas as pessoas para fazer dessa forma e trouxe como coordenadora como foram discutidas e formuladas as propostas.

Presidente - Perfeito vamos encaminhar para votação as duas deliberações na forma como trouxemos na plenária.

Márcia Nascimento - Só para esclarecer que a metodologia de compatibilização considera as áreas (microfone falhou) que são preocupação da própria lei específica e que estão também sobrepondo ao plano diretor, além das UC municipais, então não existe diferença nessa questão da metodologia de compatibilidade que reforço mais uma vez que o documento já foi encaminhado pelo Virgílio para o CBHAT e será pautado pela Câmara técnica de

planejamento e espero também pelo GT Mananciais.

Presidente- Em votação deliberação 107 e 108, os que concordam permaneçam como estão e os que discordam se manifestem no chat.

Dimitri - Quero falar, pedi quatro ou cinco vezes.

Presidente - Você já falou. Se é sobre isso já fizemos o encaminhamento o MDV, por favor, encaminha e vamos discutir.

Dimitri - Então, só lembrar que além de ter falado na reunião dia 14 de março o MDV enviou o documento para o subcomitê e dia 16 de outubro quando foi falado para se manifestar também enviamos documento a respeito disso inclusive comparecer técnico, então já encaminhamos duas vezes o Ofício.

Agora, fiz uma recomendação, solicitando que o plano seja devidamente compatibilizado com a lei

do SNUC, como proposta de inclusão dessa recomendação.

Presidente - Essa inclusão nas próximas a partir da discussão da câmara técnica com o documento que vocês encaminharem.

Vamos encaminhar a votação das deliberações e a documentação, e uma boa notícia já foi encaminhada pelo MDV à Câmara técnica de planejamento e vamos conversar com a Secretaria executiva para pautar no GT Mananciais para a próxima reunião vamos discutir e ajustar para as próximas.

Em votação, os que discordam, por favor, se manifestem e os que concordam permaneçam como estão, ou também se quiser manifestar no chat.

Dimitri - O MDV vota não.

Larissa- 1 voto contrário, 1 abstenção para a deliberação 108 e agora veio uma abstenção para as duas.

Presidente - Declaro aprovadas as duas deliberações, a 107 renunerada para 108.

A última deliberação, essa é fácil Hélio com a palavra deliberação 109 aprovando inclusão dos Municípios Guararema e Santa Isabel na gestão integrada dos resíduos sólidos da Bacia do Alto Tietê.

Hélio S. - Em síntese, estamos na fase de finalização do TR Resíduos sólidos para edital de licitação, entretanto surgiu a demanda desses dois municípios para fazerem parte da proposta de trabalho uma vez que fazem parte da região metropolitana, mas não da bacia. Fizemos os estudos porque seria importante e está sendo passado para o comitê para que qualquer inserção ou modificação, com projeto FEHIDRO contemplando municípios, fora da bacia hidrográfica do Alto Tietê, o comitê tem que dar anuência, e como os documentos foram

encaminhados anteriormente estamos pedindo essa inclusão para encaminhar ao Agente técnico.

Em continuidade aos trabalhos, estou aberto para esclarecer dúvidas.

Presidente- Aberto para considerações e coloque na tela a deliberação. Não havendo esclarecimentos, coloco em votação a Deliberação 109, os contrários, por favor, registrem no chat e as abstenções também.

(Falha de microfone e falas ao mesmo tempo)

Hélio - Amauri sua internet está falhando.

Solange W.- Você está travado.

Presidente - A Larissa deu que estamos com 23 membros presentes.

(microfone aberto prejudicando taquigrafia)

Laura- Alguém está com microfone aberto.

Presidente- Fechando a votação. Aprovado por unanimidade

(microfone aberto prejudicando taquigrafia)

Nenhuma abstenção.

Presidente - Agora os outros assuntos encaminhando para o encerramento.

Laura - Informando que está aberta até dia 15 de novembro a no site ou Sigrh em consulta pública sobre plano estadual de recursos hídricos, e é importante que o comitê e todos, contribuam, porque ele é a base do plano de bacia e os de bacia e a base para o plano estadual então é importante todos terem conhecimento até porque exige um trabalho complexo para elaboração uma com uma série de documentos, mas acho que o resultado agrada a todos.

Virgílio- Foi aprovado um empreendimento de Ecoturismo em São Bernardo do Campo na Estrada Velha do Mar, no entanto construíram lá um Centro Logístico

e gostaria que o comitê peça informações para o estado, CETESB, para explicar como pode um empreendimento ser aprovado como Ecoturismo e construir um Centro Logístico, com grande devastação na região, inclusive dentro da zona de amortecimento.

Presidente - Perfeito, se puder passar os dados para secretaria executiva com as informações não há problema para solicitarmos essas informações de licença ambiental do empreendimento uma com a geolocalização, do que se trata, talvez documentação fotográfica, não sei, seria muito importante.

Ricardo de Aguiar Quadros - CIESP – Alto Tietê- Sobre o Centro Logístico, assim que chegou ao nosso conhecimento, aquela ação civil pública que você encaminhou, prontamente enviamos pelo comitê um ofício vi a Secretaria para CETESB que recebeu prontamente confirmando o processo de licenciamento ambiental estava suspenso por

decisão judicial, dessa forma o Centro Logístico foi retirado da pauta, não foi analisado.

Virgílio - Não é desse que estou falando colega, é em São Bernardo do Campo na Estrada Velha do Mar.

Ricardo - Entendi que era aquele.

Virgílio-É outro, está sendo construído e com desmatamento.

Ricardo - Desculpe a confusão.

Presidente- Por favor, esse tipo de informação é muito importante, para fazer a contestação, deveríamos ter sido consultados nesse para nos posicionar a respeito.

(Microfone aberto)

Gerson IPT- Rapidinho, uma coisa para pensarmos, nós no comitê, nessa questão quando solicitamos a documentação, os requerimentos, temos que avaliar porque, como participamos das câmaras técnicas, nós temos trabalho imenso da avaliação

dos projetos, e no fim o tomador não entregou o documento, não está em dia e todo o trabalho que tivemos, já levamos duas horas e uma hora e meia de discussão, então temos que ter alternativas, até porque as Câmaras técnicas estão sobrecarregados na análise de projetos, então, ou já barrar logo de cara se não tiver documentação nem faz análise, não sei, ou empurra para o FEHIDRO essa questão da documentação para não ficar, acho que o Luiz Fernando falou isso, na responsabilidade do comitê ser tomador técnico ou não.

Outra sugestão, no final das atas colocar os votos e tal, é importante a lista dos presentes e não presentes, por que tenho acompanhado que às vezes só aparecem nas reuniões quando tem algum assunto muito importante e na verdade tem que aparecer em todas, é uma sugestão. Obrigado.

Presidente - Agradeço suas contribuições, acho que de fato quem se propõe a participar de um ambiente público como esse fórum

Josué Marcos Barranco - DAEE - CTPA - Amauri posso falar?

Presidente - Vamos lá, fale.

Josué - Então, eu só colocaria, o que o Gerson falou, sobre a lista, por exemplo, eu participo de todas as reuniões como a CTPA, mas em nenhum momento meu nome está incluso na lista de presença, então acho participantes que tem que colocar na lista de presença todos os participantes, sejam votantes ou não, entendeu? Porque é importante ver quem participou estou participando como CTPA e quem vota é o representante do Estado Luiz Fernando, mas estou participando como CTPA e gostaria que meu nome fosse incluso na lista.

Participante (não se identificou ao fazer uso da palavra)-Bem lembrado.

Presidente- Perfeito

Taquígrafo (Atas do CBH-AT) - Amauri, só uma questão, por favor.

Presidente - Sim, é pertinente, nas nossas reuniões anotar a presença dos convidados, como demanda para a Secretaria executiva.

Taquígrafo - Na última reunião que tivemos 90 presentes, isso é inviável e impossível.

Presidente- Ah, é! Bom, de alguma forma existe o registro dos representantes presentes, (microfone falhando) Bem, enfim, não havendo mais contribuições e manifestações agradeço a presença de todos e desejo um ótimo dia bom descanso, agora vamos para a próxima plenária que já temos a pauta da aprovação da aplicação do saldo da cobrança e também aprovação (microfone falhando) além de apresentação da Sabesp, com esses três pontos de pauta já anotados. Agradeço a presença de todos, a paciência para chegarmos nesse resultado de aprovação das deliberações e exposição e com essa pauta conseguimos construir um melhor comitê a cada dia. Obrigado pelo apoio de todos eles para grande abraço e até a próxima.

* * *